



# RELATÓRIO & CONTAS 2016

LS - Luís Simões, SGPS, S.A. (Consolidado)  
Nº Matricula/NIPC: 503 717 789  
C.R.C. Loures  
Capital Social: 30.000.000,00 Euros  
Rua Fernando Namora, Moninhos  
2671-951 Loures

**ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>2</b>
1. CONTEXTO MACROECONÓMICO .....	2
2. ANÁLISE SETORIAL .....	10
3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO .....	18
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	21
5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2016 .....	24
6. PERSPETIVAS PARA 2017 .....	25
7. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS .....	26
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>28</b>
BALANÇO .....	28
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	29
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	30
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO .....	31
ANEXO .....	33
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	33
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	34
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	35
4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES .....	48
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	48
6. PARTES RELACIONADAS .....	49
7. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	51
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	52
9. LOCAÇÕES .....	53
10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	55
11. INVENTÁRIOS .....	56
12. RÉDITO .....	57
13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	58
14. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO .....	59
15. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	60
16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	60
17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO .....	60
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	65
19. GASTOS COM O PESSOAL .....	69
20. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	69
21. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	70
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....</b>	<b>78</b>

## RELATÓRIO DE GESTÃO

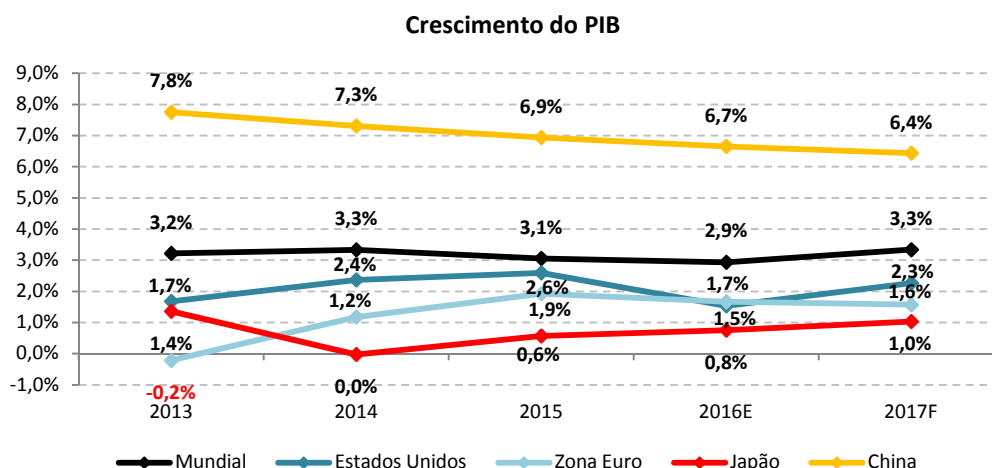
### 1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

#### 1.1. ENQUADRAMENTO MUNDIAL

O ano de 2016 ficou marcado por diversos eventos, nomeadamente, a recuperação do preço do petróleo após sinais que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) poderia restringir a produção, a subida das principais bolsas mundiais em especial a norte-americana que acolheu bem a eleição da nova Administração do país assim como a subida das taxas de juros de referência promovidas pela Reserva Federal (FED) no final do ano, o refúgio temporário dos investidores no ouro em face das reduzidas taxas de retorno de outros ativos e o abrandamento da economia chinesa. As taxas de juro mantiveram-se em níveis muito baixos ou mesmo negativos nas economias desenvolvidas e foram alvo de reduções significativas nas economias emergentes com o intuito de incentivar o consumo e o investimento. A nível político, assistiu-se a uma crescente tendência em diversos países de inclinação do eleitorado para candidatos não convencionais e não ligados aos sistemas partidários tradicionais.

Segundo estimativas da OCDE, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial terá registado um crescimento de 2,9%, refletindo, desta forma e pelo segundo ano consecutivo, uma ligeira desaceleração da economia mundial. Este será mesmo o crescimento mais baixo da década e terá, em grande medida, sido o resultado de algum abrandamento das economias chinesa e norte-americana.

No que concerne à última, a nova Administração dos EUA pretende, entre outras medidas, restaurar o investimento na capacidade de produção e de geração de emprego no país para duplicar o crescimento do PIB até 2018. Neste contexto, as previsões para o PIB mundial de 2017 são otimistas, sendo esperada uma recuperação moderada da economia global com um crescimento de 3,3% que deverá ser impulsionado pelos EUA assim como pela retoma do crescimento nas economias emergentes.



Fonte: OCDE

A China registou a taxa de crescimento menos elevada dos últimos 26 anos, não obstante as medidas de aumento dos gastos públicos e do crédito concedido à economia com o objetivo de estimular o consumo das famílias. As previsões são de continuação do abrandamento da taxa de crescimento da economia chinesa, à medida que o governo

chinês transforma o consumo interno no principal motor de crescimento e tendo em conta que eventuais medidas protecionistas por parte da nova Administração dos EUA poderão limitar, em particular, as exportações chinesas.

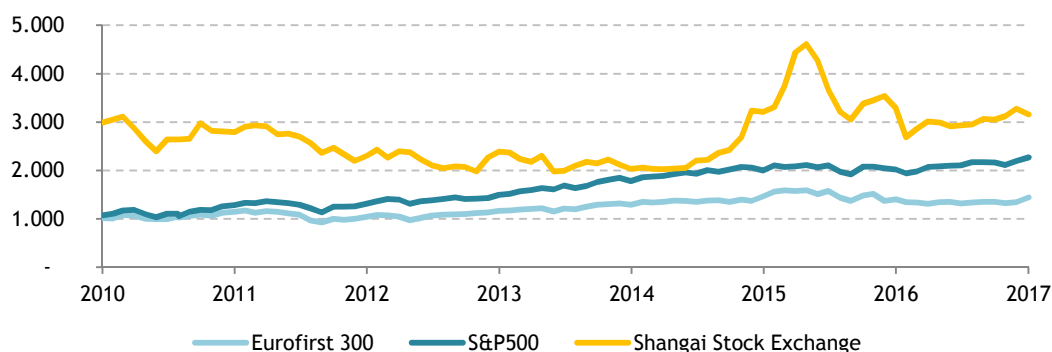
As principais economias mundiais continuam a apresentar défices orçamentais públicos significativos em 2016, com destaque para o défice orçamental dos EUA que ultrapassou já os 5,0% do seu PIB. O défice orçamental chinês é já o triplo do que se verificava em 2014 e, segundo estimativas da OCDE, deverá ultrapassar os 2,0% do PIB em 2017. Nota ainda para o défice orçamental brasileiro que, pelo segundo ano consecutivo, se apresenta acima de 10,0% do PIB.

O endividamento público agravou-se em 2016, superando os 115,0% do PIB nos EUA e os 230,0% no Japão. Em ambos os países, as perspetivas são de novo aumento nos anos de 2017 e 2018.

No que concerne a taxas de câmbio, 2016 começou com uma ligeira desvalorização do Dólar face ao Euro que se manteve até maio. Posteriormente, reverteu-se esta evolução, verificando-se uma valorização do Dólar ao longo do segundo semestre até atingir a taxa de 1,04 no final do ano, traduzindo a possibilidade de aceleração do crescimento económico que a nova Administração dos EUA pretende obter com o aumento da despesa e a redução dos impostos. São assim reforçadas as expectativas de alguns especialistas sobre uma nova paridade Euro-Dólar, que não acontece desde 2002. Por outro lado, a Libra continuou a perder força face ao Euro em 2016, em resultado do referendo que ditou o início do “Brexit”, o processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

No que concerne a taxas de juro de referência, a FED terminou o ano com uma subida, já anunciada, das taxas de curto prazo, para intervalos entre 0,50% e 0,75%, a qual foi justificada pelo aumento da inflação e pelas melhorias verificadas no mercado de trabalho interno. Esta foi apenas a segunda vez após a crise de 2008 que a FED subiu as taxas de juro e existe a perspetiva de novas subidas em 2017. Esta subida permitiu, em conjunto com outros fatores, que as taxas de juro das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos dos EUA recuperassem do mínimo histórico de 200 anos registado em julho de 2016. Também em 2016 e após longos anos de taxas de juro próximas de 0%, o Banco do Japão adotou taxas de juro negativas, uma medida inédita que pretende combater a deflação que se instalou neste ano e estimular a economia, que vinha apresentando sinais de abrandamento em face da queda do preço do petróleo e da desaceleração do crescimento dos mercados emergentes. O desempenho acima do esperado da economia chinesa motivou, apesar do seu abrandamento face a 2015, que o banco central do país desse indicações no sentido de poder vir a aumentar as taxas de juro, que haviam sido reduzidas por 6 vezes em 2015.

### Principais Índices de Ações

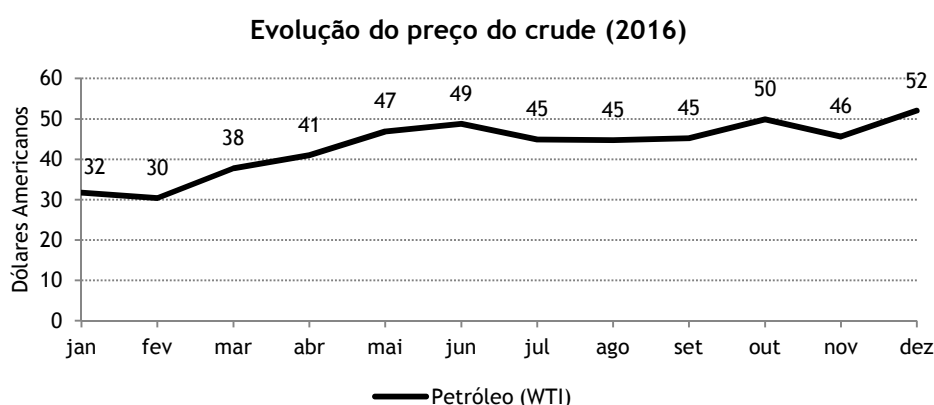


Fonte: Financial Times



O comércio internacional deverá ter registado novo abrandamento em 2016, com um crescimento de apenas 2,3%, abaixo dos valores registados em 2015 e abaixo das perspetivas lançadas no início de 2016. Prevê-se que 2017 seja um ano de recuperação, com um crescimento que poderá aproximar-se de 4,0%. Nos EUA ter-se-á registado uma ligeira melhoria no défice da sua balança corrente em 2016 para -2,5% do PIB. No entanto, existem expectativas de novos agravamentos nos próximos anos para perto de -3,0%, os quais poderão ocorrer, ou não, em função da política comercial externa a adotar pela nova Administração do país. A valorização do Dólar americano provocou uma redução das suas exportações, nomeadamente de veículos, aeronaves e produtos agrícolas. Já o aumento do preço do crude provocou um aumento das suas importações. O Japão prosseguiu o bom desempenho no comércio internacional, registando uma balança corrente próxima de 4,0%, saldo que se prevê que se possa manter em 2017 e 2018. Por outro lado, a balança corrente chinesa decresceu para 2,4%, após 3 anos consecutivos de crescimento.

Em 2016 verificou-se uma inversão na evolução do preço do petróleo, com o barril de crude a recuperar de 30 Dólares americanos em fevereiro para 52 em dezembro. Também o ouro registou uma valorização significativa em Dólares americanos até setembro tendo, no entanto, terminado o ano em queda. As matérias-primas agrícolas registaram uma apreciação de valor ao longo de todo o ano.



Fonte: Indexmundi (Banco Mundial)

As principais bolsas mundiais apresentaram uma recuperação em 2016, reagindo positivamente ao colapso da bolsa chinesa no segundo semestre de 2015 que contagiou os restantes mercados. Destaque para o índice norte-americano S&P500 que registou máximos históricos após um crescimento superior a 10,0%, impulsionado pelos ganhos de 25,0% no setor energético e de 22,0% no setor financeiro.

Nota final para as taxas de desemprego que se terão mantido nos 5,8% a nível mundial. Nos EUA ter-se-á verificado uma redução, fixando-se a taxa abaixo dos 5,0% pela primeira vez desde o início de 2008 enquanto que a taxa de desemprego no Japão se aproximou dos 3,0%, o valor mais baixo em duas décadas.

## 1.2. ZONA EURO

Em 2016, o PIB da Zona Euro deverá apresentar, segundo a OCDE, um crescimento de 1,7%, ligeiramente abaixo dos 1,9% registados em 2015. Este crescimento foi impulsionado pelo fortalecimento dos mercados internos que beneficiaram de taxas de inflação bastante baixas e de melhorias nos mercados de trabalho.

O crescimento das principais economias europeias terá sido generalizado, inclusive com uma aceleração residual face ao ano anterior. No entanto, o crescimento limitado de algumas

economias de Leste e da Itália penalizou o crescimento global da Zona Euro. A Grécia voltou a registar um crescimento do seu PIB, embora ligeiramente acima de 0,0%.

As perspetivas para 2017 e 2018 na Zona Euro são de manutenção da taxa de crescimento do PIB registada em 2016, em parte sustentadas pelo expectável crescimento das exportações na sequência da recente desvalorização do Euro face a outras divisas utilizadas no comércio internacional.

A taxa de desemprego em 2016 terá decrescido quase 1 ponto percentual para 10,0%, tendo mesmo sido atingido um mínimo de 7 anos. A redução foi generalizada nas principais economias europeias e a Alemanha continua a ter a taxa de desemprego mais baixa (cerca de 4,2%) ao passo que Grécia lidera as economias com mais desemprego, registando, ainda assim, um decréscimo pelo terceiro ano consecutivo, para 23,5%. As projeções da taxa de desemprego para 2017 e 2018 apontam para novas reduções generalizadas em todas as economias da Zona Euro, as quais terão suporte no aumento do consumo interno que deverá, por sua vez, potenciar a dinâmica do mercado de trabalho na Zona Euro.

A taxa de inflação da Zona Euro manteve-se muito baixa mas terá recuperado para 0,2%, invertendo a tendência dos últimos 2 anos e refletindo a retoma dos preços de petróleo. Ainda assim, o Banco Central Europeu (BCE) entendeu que a evolução da taxa de inflação ainda não terá estabilizado, razão pela qual decidiu estender e ampliar as medidas de quantitative easing. De notar que a deflação foi, no entanto, uma realidade em países como Espanha, Holanda e Itália. Com efeito, o BCE ajustou em março as medidas de quantitative easing ao aumentar as compras de ativos de 60 mil milhões de Euros para 80 mil milhões de Euros por mês, através da inclusão das obrigações de empresas sediadas na Zona Euro. Com esta medida e com o lançamento de novos empréstimos de longo prazo, o BCE pretendeu dar condições aos bancos de conceder mais crédito às famílias e empresas.

Para 2017, as projeções da OCDE indicam que todas as principais economias deverão registar níveis de inflação acima de 1,0%, os quais deverão limitar ligeiramente o poder de compra dos europeus mas não provocar impactos significativos no crescimento económico esperado.

No que concerne a taxas de juros de referência, manteve-se a tendência de redução das taxas Euribor para valores ligeiramente mais negativos que os verificados em 2015. Estas medidas de atuação do BCE continuam a veicular a redução considerável das taxas de juro de longo prazo das OT dos países membros. Em 2016 a redução foi generalizada nas principais economias europeias, aproximando-se as taxas de juro de 0,0% e apenas Grécia e Portugal apresentam taxas acima de 3,0%. De notar que, no Luxemburgo, as OT a 10 anos foram mesmo negativas em 2016.

A Balança Corrente na Zona Euro voltou a apresentar um excedente que vem sendo crescente nos últimos anos e que, em 2016, se cifrou em 4,1%, ultrapassando, assim, o máximo histórico obtido em 2015. A esta subida não será alheia a desvalorização do Euro face ao Dólar, permitindo o aumento das exportações europeias. A Alemanha continua a apresentar a balança mais excedentária (9,2%) das principais economias da Zona Euro, registando o quarto ano consecutivo de melhorias e ultrapassando, assim, a Holanda cuja Balança Corrente vem decrescendo desde 2012. Espanha e Itália melhoraram ligeiramente os seus saldos correntes com o exterior, registando novos máximos históricos. França e Grécia tiveram Balanças Correntes deficitárias após um bom desempenho em 2015. No caso da Grécia, 2015 foi mesmo um ano em que a Balança foi excedentária pela primeira vez num período de tempo muito longo. As perspetivas da OCDE para a Balança Corrente da Zona Euro estimam uma estagnação do excedente nos 4,0%.

Em termos de contas públicas o cenário é mais homogéneo. Com a exceção da Alemanha, os países da Zona Euro apresentam défices orçamentais, embora com tendências decrescentes que se deverão manter em 2017. Destaque particular para a redução significativa do défice da Grécia, que passou de 7,5% do PIB em 2015 para apenas 2,0% em 2016. Nota também para a Holanda, onde se prevê um excedente orçamental para os próximos anos.

A dívida pública manteve-se em cerca de 109,0% do PIB da Zona Euro. Algumas das principais

economias da região apresentam valores excessivos e com uma tendência que se mantém crescente. Por outro lado, Alemanha e Holanda apresentam dívidas públicas a rondar os 75,0% do PIB.

Em 2016 assistiu-se a uma continuação da desvalorização do Euro face ao Dólar, tendência que se poderá manter em 2017, tornando assim as exportações europeias mais atrativas a mercados externos e aproximando as duas divisas da paridade, o que não acontece desde 2002.

Principais Indicadores Zona Euro	2011	2012	2013	2014	2015	2016F	2017F	2018F
Crescimento real do PIB <sup>(1)</sup>	1,6%	-0,9%	-0,2%	1,2%	1,9%	1,7%	1,6%	1,7%
Taxa de Inflação <sup>(2)</sup>	2,7%	2,5%	1,3%	0,4%	0,0%	0,2%	1,2%	1,4%
Taxa de Juro OTs 3 meses <sup>(3)</sup>	1,4%	0,6%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Taxa de Juro OTs 10 anos <sup>(4)</sup>	4,2%	3,7%	2,9%	2,0%	1,1%	0,8%	0,6%	0,6%
Taxa de Desemprego <sup>(4)</sup>	10,2%	11,3%	12,0%	11,6%	10,9%	10,0%	9,5%	9,1%
Balança Corrente <sup>(5)</sup>	0,8%	2,2%	2,8%	3,0%	3,9%	4,1%	4,0%	4,0%
Défice Orçamental <sup>(6)</sup>	-4,2%	-3,6%	-3,0%	-2,6%	-2,1%	-1,8%	-1,5%	-1,3%
Dívida Pública <sup>(6)</sup>	93,6%	104,1%	105,3%	111,9%	109,5%	108,9%	108,1%	106,9%
Taxa de câmbio EUR / USD <sup>(3)</sup>	1,32	1,32	1,38	1,21	1,09	1,06	n.d.	n.d.

Fontes: OCDE

Notas: (1) Taxa de crescimento anual; (2) Taxa de variação homóloga anual; (3) Taxa spot no final do ano; (4) Taxa média dos trimestres de cada ano; (5) Taxa média dos trimestres de cada ano em % do PIB; (6) Acumulado no final de cada ano em % do PIB

O ano de 2017 deverá ser positivo em termos económicos com a possível desvalorização do Euro a fomentar exportações e as medidas de quantitative easing aliadas à baixa inflação a estimularem o consumo interno das famílias europeias. Em termos políticos poderá ser um ano de alguma incerteza com a realização de eleições, nomeadamente, na Alemanha e França, países onde poderão ocorrer mudanças em face de acontecimentos recentes de diversas naturezas. A situação em Itália deverá ser alvo também de atenção em face dos alertas que têm surgido sobre o setor bancário e em face dos resultados que derivaram do referendo constitucional realizado no final de 2016. 2017 será ainda um ano em que se poderão desvendar novos desenvolvimentos do Brexit, sabendo-se já que o Reino Unido optou por abandonar todas as instituições com ligação à União Europeia, o chamado hard Brexit. Ao longo do ano, poder-se-ão sentir já alguns impactos desta decisão em aspetos como as trocas comerciais, a circulação de bens e pessoas e a transferência de serviços, nomeadamente no setor financeiro, para outras capitais europeias continentais.

## 1.3. PORTUGAL

O ano de 2016 começou com a eleição, à primeira volta, do novo Presidente da República. Foi um ano em que se reverteram algumas medidas de austeridade, nomeadamente, através da reposição salarial na função pública, da promulgação da Lei das 35 horas de trabalho para os funcionários públicos, da recuperação de alguns feriados (religiosos e civis) e da redução do IVA na restauração. A reversão da austeridade ocorreu, ainda assim, sob a supervisão da Troika que se mantém atenta à evolução da situação económico-financeira nacional.

A banca voltou a ser protagonista, desta vez através da Caixa Geral de Depósitos, que viu a sua Administração demitir-se em bloco no mês de julho e apenas dois meses depois, reprovou nos testes de stress do BCE. Este chumbo irá obrigar à execução de um plano de recapitalização já anteriormente acordado entre o Governo e a Comissão Europeia. Ainda na banca, o processo de venda do Novo Banco não foi concluído mas, no final do ano, foram selecionados os candidatos para as negociações finais que o Governo pretendia ver terminadas no início de 2017.

Foi um ano em que o turismo ganhou um protagonismo ainda mais significativo na economia nacional. A dinâmica deste setor, aliada a fatores como a baixa atratividade dos produtos financeiros tradicionais, criou um forte aumento do investimento no setor imobiliário. O empreendedorismo foi igualmente tema de destaque com o país a albergar uma das maiores conferências a nível mundial de tecnologia e inovação. O ano terminou com a ascensão de um português ao mais alto cargo da diplomacia mundial, enquanto Secretário-Geral da ONU.

Em 2016 ter-se-á registado um novo abrandamento da economia em Portugal, com o PIB a registar um crescimento de 1,4%. Este crescimento ficou aquém do registado em 2015 devido à variação negativa do investimento e à diminuição do contributo da procura interna, a qual teve, adicionalmente, um impacto negativo nas importações.

As exportações deverão ter contribuído positivamente para o PIB, embora ligeiramente abaixo do que se verificou em 2015 em virtude do menor volume de trocas comerciais com economias extracomunitárias, em particular, China e Angola.

As projeções do Banco de Portugal para o PIB são prudentes, fixando o seu crescimento em 1,4% em 2017 e estabilizando em 1,5% nos anos seguintes. Estas previsões são fundamentadas por perspetivas de um renovado dinamismo do consumo privado impulsionado por melhorias no mercado de trabalho e pela retoma do ritmo de crescimento das exportações e do investimento empresarial.

A taxa de inflação média em 2016 foi de 0,6%. Manteve-se a tendência de aumento contínuo que vinha de 2015, fixando-se a taxa em 0,8% no último trimestre. As projeções do Banco de Portugal para 2017 apontam para uma taxa de inflação média de 1,4%, em linha com as projeções para a Zona Euro e refletindo os efeitos do expectável aumento do consumo interno e das exportações.

Segundo o Governo, o défice orçamental de 2016 deverá ser o mais baixo dos últimos 40 anos, fixando-se em 2,3% do PIB, ou seja, 0,2% abaixo da meta fixada pela Comissão Europeia para a ativação da saída dos Procedimento dos Défices Excessivos. O histórico de 40 anos de défice, o registo de 2,3% em 2016, ainda longe do equilíbrio, somado à considerável dívida pública, ilustra que o país tem ainda um longo caminho por percorrer em matéria de contas públicas.

Apesar do cumprimento desta meta, medidas como a reposição salarial, as 35 horas de trabalho e a redução do IVA da restauração pressionaram e terão mesmo colocado em risco o cumprimento desta meta no último trimestre, razão pela qual as instituições europeias mantêm algum nível de acompanhamento e supervisão da economia portuguesa.

De notar, ainda sobre este tema, que o Governo irá adiar o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos para 2017, caso contrário, o défice seria superior a 3,0%. Pelo segundo ano consecutivo, as operações de auxílio à banca determinam o cumprimento ou não do défice orçamental português (recorde-se em 2015 o caso do Banif). As previsões para 2017 apontam para um défice orçamental de 1,6%.

No terceiro trimestre de 2016 a dívida pública portuguesa alcançou um novo máximo histórico de 133,4% do PIB, tornando-se assim na segunda mais elevada da União Europeia em 2016. No último trimestre houve uma redução significativa para 130,5% do PIB, ainda assim, não foi cumprido o objetivo de 129,7% que o Governo tinha previsto para 2016.

O desempenho abaixo do esperado da economia portuguesa e, sobretudo, o aumento contínuo da dívida pública ao longo de 2016, transmitiu uma imagem menos positiva para os mercados internacionais, que se refletiu na inversão da tendência de redução da taxa de juro das OT portuguesas com maturidades a 10 anos. Com efeito, a taxa das OT a 10 anos no final do ano foi de 3,7%, acima dos 2,5% do final de 2015.

Importa referir que Portugal procurará manter as OT abaixo de 4%, na medida em que este é o limite imposto pela agência de notação financeira DBRS para não baixar o rating de Portugal para “lixo”, algo que deixaria o país fora do programa de quantitative easing do BCE, uma vez que a DBRS é a única agência que classifica Portugal acima de “lixo”.

Relativamente ao mercado do crédito, 2016 foi um ano de estabilização das condições de financiamento, depois de alguns anos com redução de spreads, o que poderá não ter fomentado o aparecimento de novos projetos de investimento empresarial, bem como o consumo privado das



famílias. O crescimento do rácio de incumprimento de crédito das empresas agravou-se ao longo do ano para perto de 17%, renovando os máximos históricos de 2015.

Em termos de balança corrente, foi dada sequência ao bom desempenho de 2015 relativo ao comércio internacional. Não existem ainda dados relativos ao quarto trimestre mas as previsões do Banco de Portugal apontam para um saldo excedentário de 1,1% que, a confirmar-se, terá suplantado o de 2015. As projeções para 2017 são conservadoras, mantendo-se o excedente comercial em 1%, após revisão em baixa efetuada em meados de 2016 pelo Banco de Portugal.

No mercado de trabalho, manteve-se a trajetória descendente da taxa de desemprego em 2016, a qual se fixou em 10,4% no final do ano, algo que não sucedia desde 2009. As expectativas do Governo apontam para nova redução em 2017, continuando assim a aproximação a uma taxa de desemprego de 10,0%. Estas expectativas são fundadas na criação de novos postos de trabalho provenientes da retoma expectável do investimento empresarial.

Indicadores Macroeconómicos Portugal	2013	2014	2015	2016				2016F	2017F
				mar	jun	set	dez		
Crescimento real do PIB <sup>(1)</sup>	-1,4%	1,0%	1,5%	0,9%	0,9%	1,6%	1,9%	1,4%	1,4%
Taxa de Inflação <sup>(2)</sup>	0,3%	-0,3%	0,5%	0,5%	0,5%	0,7%	0,8%	0,6%	1,4%
Taxa de Juro (10 anos) <sup>(3)</sup>	6,0%	2,7%	2,5%	2,8%	3,0%	3,3%	3,7%	3,7%	n.d.
Taxa de Desemprego <sup>(1)</sup>	16,5%	14,1%	12,7%	12,1%	11,3%	10,9%	10,4%	11,2%	10,3%
Balança Corrente <sup>(1)</sup>	1,5%	0,1%	0,4%	0,8%	-0,7%	0,3%	n.d.	1,1%	1,0%
Défice Orçamental <sup>(4)</sup>	-5,1%	-7,3%	-4,4%	-1,3%	-1,6%	-2,1%	-2,3%	-2,3%	-1,6%
Dívida Pública <sup>(4)</sup>	129,7%	130,2%	129,0%	128,9%	131,7%	133,4%	130,5%	130,5%	128,3%

Fontes: OCDE, Banco de Portugal, INE

Notas: (1) Valores trimestrais correspondem à média mensal do trimestre e valores anuais correspondem à média dos trimestres; (2) Taxa de variação homóloga trimestral; (3) Taxa spot do último dia de cada trimestre; (4) Acumulado no final de cada trimestre em % do PIB

## 1.4. ESPANHA

O ano de 2016 em Espanha iniciou-se com o exercício de funções de um Governo provisório que se manteria até novembro, altura em que, após quase um ano de impasse e duas eleições gerais, foi alcançado um acordo para formação de um novo Governo, liderado por Mariano Rajoy.

Em 2016, o PIB espanhol terá repetido o bom desempenho de 2015, crescendo a uma taxa de 3,2%, o dobro da Zona Euro, para níveis similares aos de 2008. Este crescimento foi mais marcante no início do ano, tendo-se esbatido no segundo semestre.

O consumo privado, que acelerou face a 2015 devido ao aumento do rendimento disponível das famílias, continua a ser o principal motor da economia espanhola. O investimento empresarial teve também um contributo significativo com crescimentos que, embora mais moderados que em 2015, se aproximaram de 4,0%. De referir que o Índice de Confiança Empresarial tocou máximos históricos em julho de 2016.

As projeções do Governo para o PIB em 2017 são conservadoras, apontando para um crescimento de 2,5%, o qual deverá refletir uma contribuição decrescente do consumo privado e do investimento empresarial por oposição ao contributo crescente das exportações.

Após dois anos de um cenário de deflação em Espanha, o último trimestre de 2016 marcou o regresso do aumento de preços. Ainda assim, a taxa anual de inflação fixou-se nos -0,2% o que, num cenário de melhoria do mercado de trabalho e de maior rendimento disponível das famílias, beneficiou o comportamento do consumo privado no país. As projeções do Governo para 2017 são bastante otimistas, apontando para uma taxa de inflação positiva em 1,4%.

Espanha continua a efetivar medidas necessárias à correção do seu défice orçamental que lhe permitam sair dos Procedimentos por Défices Excessivos impostos pela Comissão Europeia a países que ultrapassem a barreira dos 3,0% do PIB. Embora sem dados finais, é expectável que o défice

orçamental se situe nos 4,6% do PIB em 2016 o que, a confirmar-se, será o melhor resultado desde 2008 e permitirá a Espanha cumprir o objetivo fixado com o ECOFIN, conselho constituído pelos ministros da economia e das finanças de todos os Estados-Membros da União Europeia. Os objetivos estabelecidos para 2017 implicam que o défice orçamental espanhol se situe em 3,1% do PIB, meta que será alcançada essencialmente através da redução para metade do défice da Administração Central mas também através de correções aos défices da Segurança Social e das Comunidades Autónomas.

A dívida pública do Estado espanhol chegou a passar os 101,0% do PIB em 2016, o valor mais alto em mais de 100 anos, contudo, dever-se-á fixar em 99,0% no final do ano. De referir que 75% da dívida espanhola tem maturidades de médio e longo-prazo. As projeções para 2017 no que concerne à dívida pública apontam para uma estabilização em torno de 99,0%, a qual deverá ter suporte no plano de redução dos gastos da Administração Pública e em algumas reformas fiscais que contemplam medidas para combate à fraude fiscal e à melhoria de eficácia na cobrança de impostos, entre outras.

Apesar do máximo histórico atingido pela dívida pública em 2016, as taxas de juro das OT espanholas a 10 anos decresceram até atingir um mínimo histórico de 0,9% no terceiro trimestre. No último trimestre, no entanto, voltaram a subir, terminando o ano em 1,4%.

Em 2017, Espanha encara reembolsos de cerca de 170 mil milhões de Euros (15% do PIB), pelo que o Estado prevê emitir um total de 200 mil milhões de Euros ao longo do ano (550 milhões por dia). Ainda assim, este será o valor mais baixo de dívida emitida desde 2012.

No que concerne ao comércio internacional, Espanha conseguiu manter o crescimento da Balança Corrente em 2016, a qual deverá apresentar um excedente próximo a 2,0%, embora ainda não estejam disponíveis os dados até final do ano. O saldo comercial com o exterior mantém-se desta forma nos níveis mais elevados dos últimos anos e estima-se que as exportações possam crescer 6% em 2017, impulsionadas pelo setor automóvel.

O ano de 2016 registou nova diminuição do desemprego em Espanha, a qual foi sustentada em grande medida pelo setor do Turismo. Com efeito, a taxa de desemprego média do ano foi 19,6%, sendo que no último trimestre a taxa foi de 18,7%. Esta é a taxa de desemprego mais baixa em Espanha desde 2009 e o Governo espanhol prevê que 2017 traga novas reduções para 17,6%.

Indicadores Macroeconómicos Espanha	2013	2014	2015	2016				2016F	2017F
				mar	jun	set	dez		
Crescimento real do PIB <sup>(1)</sup>	-1,2%	1,4%	3,2%	3,4%	3,4%	3,2%	3,0%	3,3%	2,5%
Taxa de Inflação <sup>(2)</sup>	1,4%	-0,2%	-0,5%	-0,7%	-0,9%	-0,2%	1,0%	-0,2%	1,4%
Taxa de Juro (10 anos) <sup>(3)</sup>	4,2%	1,7%	1,8%	1,4%	1,2%	0,9%	1,4%	1,4%	n.d.
Taxa de Desemprego	26,1%	24,5%	22,1%	20,5%	20,1%	19,3%	18,7%	19,6%	17,6%
Balança Corrente <sup>(1)</sup>	1,5%	1,1%	1,4%	1,8%	2,1%	1,8%	n.d.	n.d.	n.d.
Défice Orçamental <sup>(4)</sup>	-6,9%	-5,9%	-5,1%	-0,7%	-3,0%	-2,8%	n.d.	-4,6%	-3,1%
Dívida Pública <sup>(4)</sup>	93,7%	99,3%	99,2%	101,1%	101,0%	100,3%	99,0%	99,0%	99,0%

Fontes: OCDE, Banco de Espanha

Notas: (1) Valores trimestrais correspondem à média mensal do trimestre e valores anuais correspondem à média dos trimestres; (2) Taxa de variação homóloga trimestral; (3) Taxa spot do último dia de cada trimestre; (4) Acumulado no final de cada trimestre em % do PIB.

## 2. ANÁLISE SETORIAL

### 2.1. O SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS E LOGÍSTICA

#### 2.1.1. PORTUGAL

O mercado de prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Mercadorias e de Logística em Portugal terá crescido 1,6% em 2016 para 3.230 milhões de Euros, registando uma desaceleração face ao aumento de 2015.

O Transporte Rodoviário de Mercadorias é o setor predominante com cerca de 85% deste negócio. Este setor terá crescido 1,5%, beneficiando da recuperação da economia nacional, nomeadamente, por via da dinâmica criada pelo comércio internacional, em particular, pelas exportações mas também do aumento do preço do petróleo.

A Logística representa cerca de 15% do negócio e terá crescido 2,0% em 2016, também ligeiramente abaixo do crescimento registado de 2015. Este é o setor com maior potencial de crescimento por ser um serviço de maior valor acrescentado, com índices superiores de inovação e com melhores perspetivas de aumentar a taxa de penetração junto de produtores que ainda tenham operações logísticas in-house.

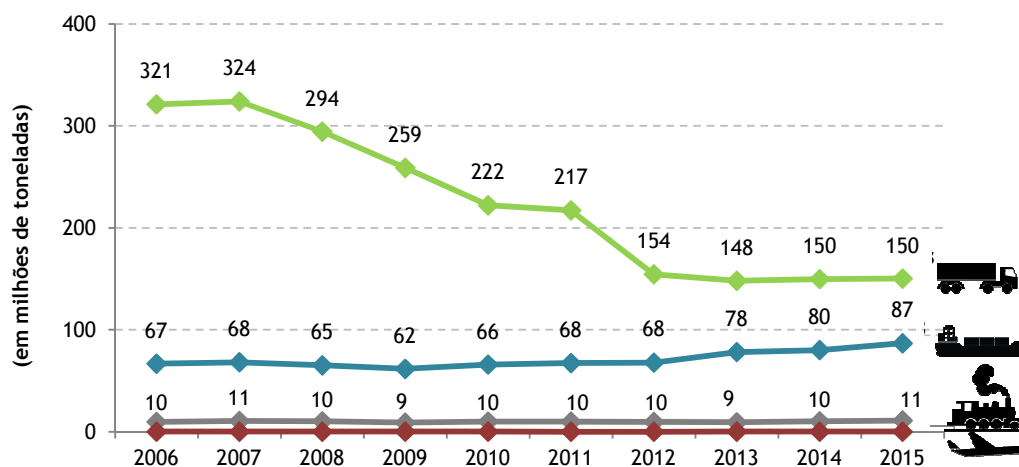
Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística



Fonte: DBK

Embora tratando-se de serviços distintos, faz sentido analisar o Transporte Rodoviário de Mercadorias e a Logística conjuntamente já que muito operadores oferecem ambos os serviços. Existem, no entanto, empresas especializadas apenas em Transporte, com especializações em segmentos como o transporte internacional, o granel, o automóvel, entre outros, e outras especializadas apenas em Logística.

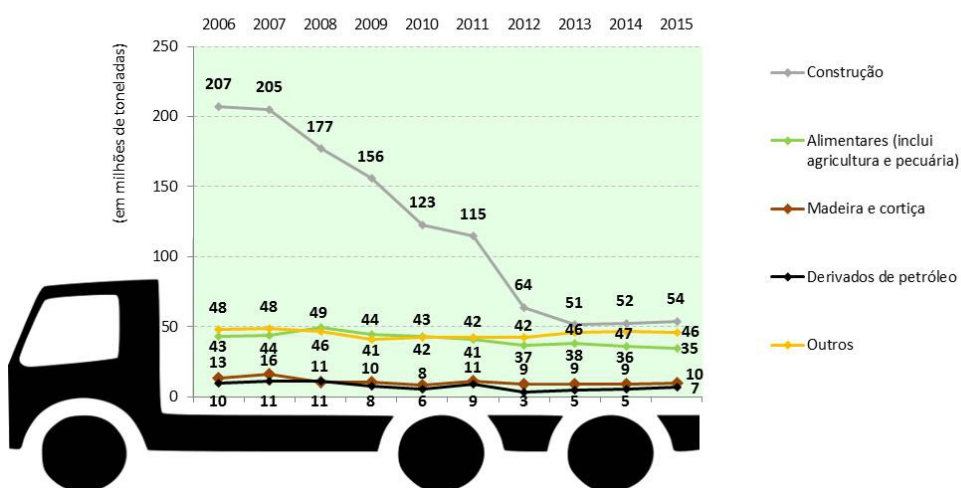
O volume de mercadorias movimentadas em Portugal em todas as modalidades de transporte cresceu 3,3% no ano de 2015, ano com informações públicas mais recentes. O transporte rodoviário permanece como a forma mais comum de transporte de mercadorias no país, representando mais de 60% dos fluxos. O transporte marítimo movimentou mais 8,3% de mercadorias que em 2014, passando a representar 35% dos fluxos totais em Portugal. O porto de Sines cresceu 17,0% e foi o principal responsável pela nova dinâmica do setor portuário nacional, no entanto, 2015 foi também um ano recorde no Porto e Aveiro.

**Transporte de mercadorias por modalidade**


Fonte: Eurostat

O transporte ferroviário, que representa 4% dos fluxos, registou um crescimento de 8,1%, mantendo o bom desempenho de 2014. Já o transporte aéreo mantém-se com uma atividade residual no transporte de mercadorias em Portugal.

2015 foi o segundo ano consecutivo em que se assistiu a uma recuperação das toneladas transportadas para o segmento da construção (+2,7%), o qual representa 36% do mercado total em Portugal. A principal alavanca de crescimento foi, no entanto, o segmento de derivados de petróleo que, não obstante representar apenas 6% do total, registou um crescimento muito significativo de 28,8% face a 2014. Nota positiva também para o segmento da madeira e cortiça com um crescimento de 3,5%. Por outro lado, o segmento alimentar, que representa 23% do total, registou um decréscimo de 4,1% na carga transportada.

**Transporte rodoviário por tipo de mercadoria**


Fonte: Eurostat

O panorama empresarial português do Transporte Rodoviário de Mercadorias prossegue o movimento de consolidação, à semelhança de outros mercados europeus. Em 2015, era composto por cerca de 7.700 empresas, menos cerca de 250 empresas ou 3% do total de 2014. Em termos de concentração empresarial, as 10 maiores empresas do setor em Portugal mantiveram, em 2015, um peso de apenas cerca de 26% do mercado total, o que ilustra a elevada atonicidade do setor.

Focando nas 60 maiores empresas do setor do Transporte Rodoviário de Mercadorias, verifica-se

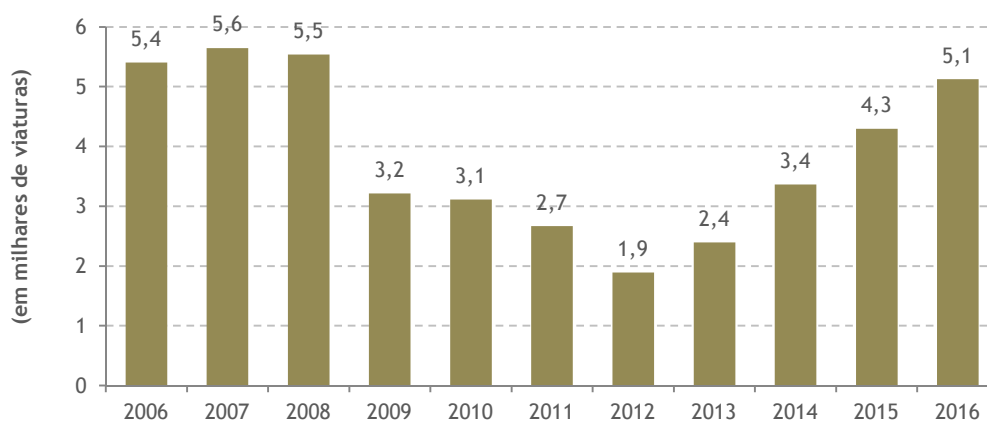
que, em 2015 (últimos dados disponíveis), estas empresas registaram um crescimento de 3,4%, abaixo dos 5,1% registados em 2014.

As margens do setor continuam a apresentar uma tendência de ligeira subida, tendo as 60 maiores empresas aumentado a sua rentabilidade operacional média (EBIT) para 3,3% do volume de negócios em 2015. O setor apresenta empresas com boas performances financeiras. Apesar de terem especializações diferentes, estas empresas apresentam algumas características em comum, nomeadamente, serem nacionais e estarem mais focadas no negócio de transporte.

Existiam 4 empresas multinacionais no Top10 do setor em 2015, duas das quais integradas em grupos de empresas controladas pelos Governos dos respetivos países. Estas empresas apresentam, de um modo geral, níveis de rentabilidade mais baixos do que as empresas nacionais.

As vendas de pesados de mercadorias cresceram mais de 19,0% em 2016, mantendo assim a forte evolução que se vem verificando desde 2012 e aproximando-se dos níveis de vendas de 2008.

#### Vendas de Pesados de Mercadorias



Fonte: ACAP

No que concerne a eventos com impacto no setor em 2016, destaca-se a majoração de 20% em sede de IRC concedida às empresas de Transporte para neutralizar efeito do aumento do ISP (apenas para abastecimentos em território nacional) e a implementação do projeto-piloto relativo ao regime de gasóleo profissional em determinados postos fronteiriços e, posteriormente, o seu alargamento a todo o país.

Para 2017, será expectável que a recuperação económica do país impulse a atividade do setor que deverá, também neste ano, atualizar-se no sentido de acompanhar algumas das mais relevantes evoluções tecnológicas que vão moldando o transporte de mercadorias.

#### 2.1.2. ESPANHA

O setor de prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Mercadorias e de Logística em Espanha deverá ter registado, em 2016, uma ligeira aceleração face a 2015, crescendo 2,6% para cerca de 17,8 mil milhões de Euros.

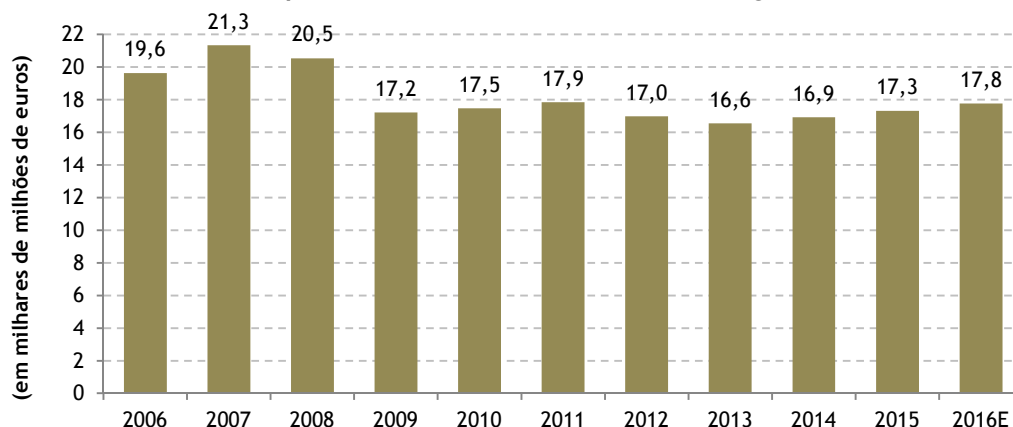
O Transporte Rodoviário de Mercadorias representa 77% do negócio e estima-se que o seu crescimento tenha sido de 2,2% em 2016, o que significa um desempenho superior face a 2015, ano em que o setor cresceu 1,9%.

A Logística, cujo peso tem vindo a aumentar, representa já 23% do negócio após um crescimento de 4,0% em 2016, consolidando o bom desempenho de 2015. Este é o setor com maior potencial de crescimento por ser um serviço mais de maior valor acrescentado, com índices superiores de



inovação e com melhores perspectivas de aumentar a taxa de penetração junto de produtores que ainda têm operações logísticas in-house.

### Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística



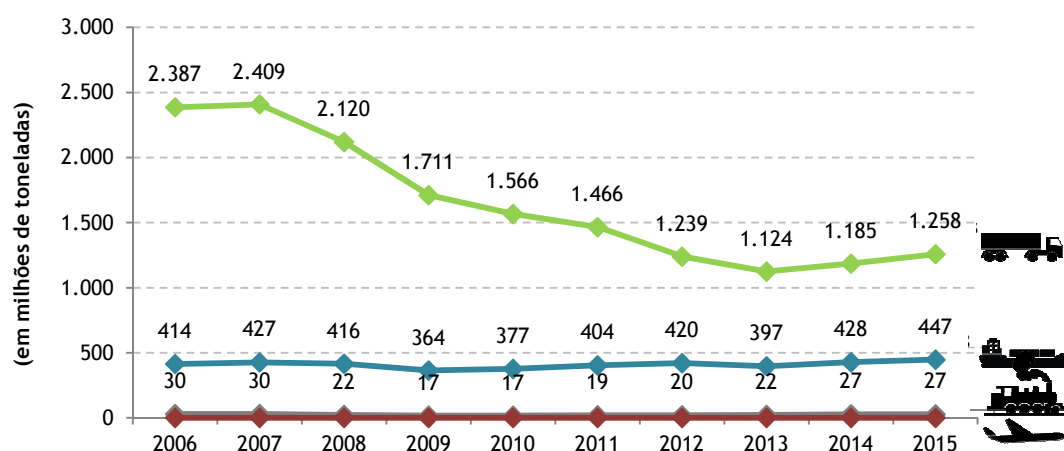
Fonte: DBK

Embora sendo serviços distintos, o Transporte Rodoviário de Mercadorias e a Logística são muitas vezes analisados conjuntamente já que muito operadores oferecem ambos os serviços. Existem, no entanto, empresas especializadas apenas em Transporte, com especializações em segmentos como o transporte internacional, o granel, o automóvel, entre outros, e outras especializadas apenas em Logística.

O volume de mercadorias movimentadas em Espanha em todas as modalidades de transporte cresceu 5,6% no ano de 2015, um pouco abaixo dos 6,2% registados em 2014.

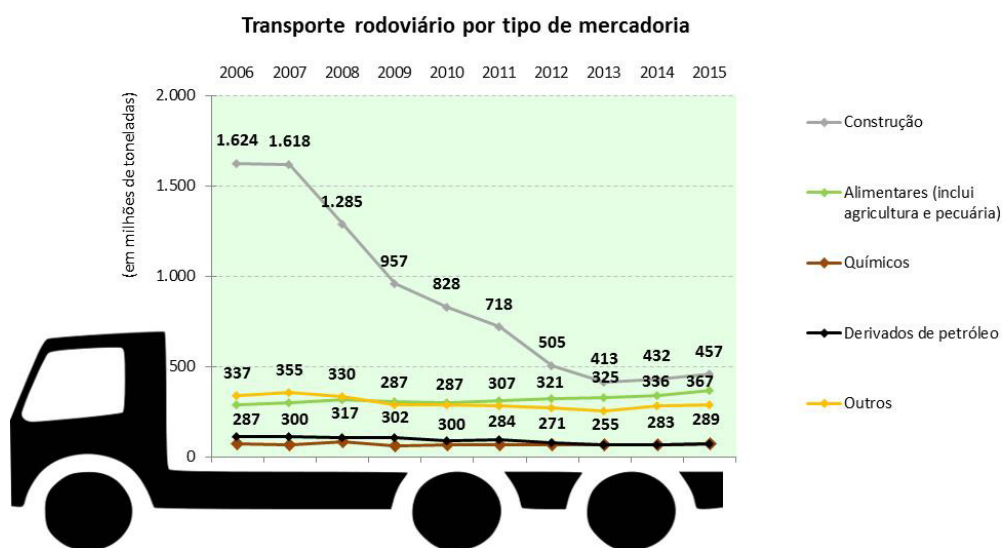
O transporte rodoviário mantém-se como o principal modo de circulação de mercadorias, com 73% da carga transportada total e foi o principal impulsionador do crescimento global com um aumento de 6,2%, melhorando o crescimento de 5,3% verificado em 2014. O transporte marítimo interrompeu uma série de 10 anos em que vinha ganhando relevância devido a um crescimento de apenas 4,5%, bastante abaixo dos 7,6% de 2014. Representa atualmente cerca de 26% da carga transportada total. Destaque pela negativa para o transporte ferroviário que decresceu 1,9%. Já o transporte aéreo mantém-se com uma atividade residual no transporte de mercadorias, à semelhança do que acontece em Portugal. Neste contexto, assistiu-se em 2016 à transferência da carga transportada para o transporte rodoviário.

### Transporte de mercadorias por modalidade



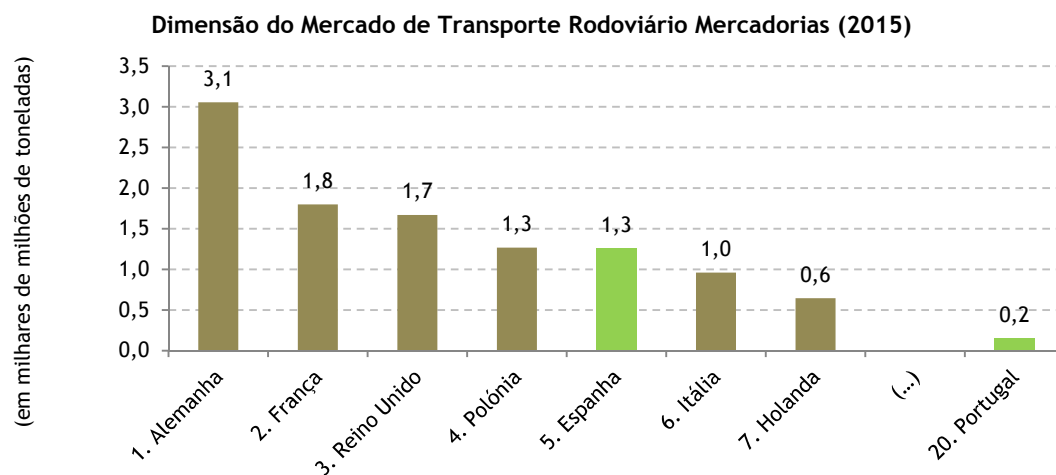
Fonte: Eurostat

À semelhança do sucedido em Portugal, também em Espanha se assistiu, pelo segundo ano consecutivo, a uma recuperação das toneladas transportadas para o segmento da construção (+5,8%). Este segmento é o mais relevante com 36% do mercado total. A principal alavanca de crescimento foi, no entanto, o segmento alimentar, o segundo mais relevante em termos de carga transportada, que registou um crescimento bastante significativo de 9,2% face a 2014. Nota positiva também para os segmentos químico e de derivados do petróleo com crescimentos de 7,5% e 10,6% respetivamente. Ambos os setores representam aproximadamente 6% do total. Apenas o setor da maquinaria e equipamentos eletrónicos registou um decréscimo relevante, com uma redução de 10,5% face a 2014.



Fonte: Eurostat

Espanha mantém-se como o quinto principal mercado da Zona Euro em termos de Transporte Rodoviário de Mercadorias com 1,3 mil milhões de toneladas transportadas anualmente.



Fonte: Eurostat

Segundo os dados mais recentes, as 10 maiores empresas do setor em Espanha poderão representar apenas cerca de 18% do mercado total, o que ilustra a elevada atonicidade do Transporte Rodoviário de Mercadorias. Em 2015 existiam em Espanha cerca de 104.000 empresas de Transporte Rodoviário de Mercadorias.

Centrando a análise nas 60 maiores empresas do setor, verifica-se que houve um crescimento, em 2015 (informações mais recentes) bastante significativo na ordem dos 12,0%, aproximadamente o dobro do verificado em 2014. Neste crescimento não foi isolado o efeito criado pela dinâmica de fusões e aquisições em Espanha, com multinacionais a liderarem grandes operações de concentração empresarial em 2015 (exemplos da aquisição da Logiters pela ID Logistics, da SLi-UTi pela DSV e da Wallenius Wilhelmsen e Sintax pelo Grupo CAT).

As margens do setor voltaram a apresentar uma tendência de subida, tendo as 60 maiores empresas aumentado a sua rentabilidade operacional média (EBIT) de 3,2% em 2014 para os 4,0% do volume de negócios em 2015. Os níveis de endividamento continuaram a baixar, mantendo a tendência do ano transato.

Em Espanha existe uma presença ainda mais relevante do que em Portugal de empresas multinacionais nestes setores. Com efeito, nas primeiras dez empresas, seis são detidas por grupos internacionais sendo que dessas, duas estão integradas em grupos de empresas públicas pertencentes aos Governos dos respetivos países.

Em 2016, o número de novas matrículas de veículos industriais no país aumentou 11% para mais de 25 mil unidades, consolidando a recuperação das vendas para níveis pré-crise.

No que concerne a eventos relevantes para o setor em 2016 destaca-se a aprovação do procedimento para autorização de circulação de mega-camiões, o aumento dos transportadores da Europa de Leste a circular em Espanha que levou ao Congresso a temática da concorrência desleal transnacional e a possibilidade do acesso ao mercado de transporte rodoviário de mercadorias ser restringido a empresas com frota mínima de 3 veículos.

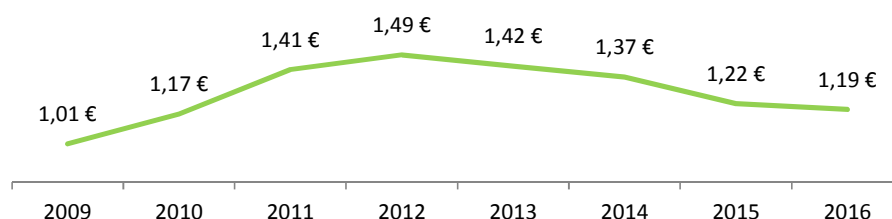
Para 2017, é expectável que o e-commerce e o segmento hortofrutícola continuem a impulsionar o crescimento interno e externo, respetivamente, dos transportadores e operadores logísticos espanhóis.

## 2.2. ALUGUER, VENDA, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS

Este setor de atividade está centrado no sector de transportes e operadores logísticos, comercializando produtos e serviços relacionados com o mercado de viaturas pesadas, com particular incidência no segmento de tratores, camiões e semirreboques.

O sector dos transportes rodoviários de mercadorias, de capital importância para esta atividade, por dele depender, apesar das dificuldades que tem enfrentado, devido à contração do mercado e da pressão do aumento dos custos de produção da atividade de transporte, sente-se uma melhoria gradual deste sector, em consequência da descida do custo de combustível e retoma gradual do crescimento económico e da confiança dos agentes económicos.

**Média Anual do Preço por Litro do Gasóleo Simples em Portugal Continental**



Fonte: [www.maisgasolina.com/estatisticas-dos-combustiveis](http://www.maisgasolina.com/estatisticas-dos-combustiveis)

Desde 2013, constata-se uma maior procura por bens de investimento por parte dos transportadores, nomeadamente, de veículos pesados. Ao nível dos pesados de mercadorias (camiões e tratores). O mercado de semirreboques novos cresceu em 2016, pelo quarto ano consecutivo. Em 2016 matricularam-se 3.018 unidades novas, mais 31,5% face a 2015, tendo sido o terceiro melhor ano desde 2007, inclusive.

## 2.3. MEDIAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS

O sector segurador nacional reflete bem a evolução da economia, visto que a subscrição de seguros, pessoais e ou empresariais, está muito dependente da saúde económica portuguesa.

Em momentos de crise, as famílias e empresas tendem a reduzir despesas com produtos e serviços acessórios, optando, no caso dos seguros, pelos que são obrigatórios. Por outro lado, a massa segurável também reduz, em consequência das famílias e das empresas investirem menos na aquisição de viaturas e de imóveis e, no caso do sector empresarial, do abrandamento da atividade (por exemplo: o decrescimento de transações de mercadorias e da massa salarial, traduz-se na redução de seguros de responsabilidade civil de mercadorias transportadas, multiriscos e de acidentes de trabalho). Esta foi a realidade vivida em Portugal nos últimos anos e que, aparentemente, de acordo com a evolução positiva dos indicadores económicos, está a mudar para melhor.

De acordo com os dados da ASP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o mercado segurador registou um decrescimento entre 2006 e 2016, com comportamentos distintos entre os ramos Vida e Não Vida.

O ramo Vida (PPR's, Produtos de Capitalização, Seguros Ligados a Fundos de Investimento) tem-se mostrado muito volátil, com tendência decrescente, prevendo-se que em 2016 registe o valor mais baixo dos últimos 10 anos.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016**
Ramo Vida	8.761.319	9.368.934	11.015.509	10.383.620	12.173.449	7.536.092	6.922.395	9.248.442	10.439.186	8.670.933	6.648.371
Variação	-	6,9%	17,6%	-5,7%	17,2%	-38,1%	-8,1%	33,6%	12,9%	-16,9%	-23,3%
Ramo Não Vida	4.358.528	4.380.862	4.318.163	4.133.721	4.166.557	4.109.652	3.982.769	3.855.467	3.848.657	3.993.198	4.190.232
Variação	-	0,5%	-1,4%	-4,3%	0,8%	-1,4%	-3,1%	-3,2%	-0,2%	3,8%	4,9%
<b>Total Mercado</b>	<b>13.119.847</b>	<b>13.749.796</b>	<b>15.333.672</b>	<b>14.517.341</b>	<b>16.340.006</b>	<b>11.645.744</b>	<b>10.905.164</b>	<b>13.103.909</b>	<b>14.287.843</b>	<b>12.664.131</b>	<b>10.838.603</b>
<b>Variação</b>	<b>-</b>	<b>4,8%</b>	<b>11,5%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>12,6%</b>	<b>-28,7%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>20,2%</b>	<b>9,0%</b>	<b>-11,4%</b>	<b>-14,4%</b>

\*\* Valores provisórios

Fonte: ASF

No segmento Não Vida, área de atuação da maioria dos mediadores, o mercado evoluiu desfavoravelmente entre 2006 e 2014, tendo nesse último ano registado o valor mais baixo desde 2006.

No entanto, apesar de ainda não ter atingido os valores registados em 2006, o segmento Não Vida cresceu 3,8% em 2015 e estima-se que crescerá 4,9% em 2016, sendo, por esse facto, um indicador positivo e consistente da tendência atual e futura deste segmento.

A evolução positiva do ramo Não Vida assenta na retoma do crescimento da economia portuguesa e na revisão das tarifas em alta pelas seguradoras, destacando-se os segmentos Acidentes de Trabalho, cuja viabilidade do ramo estava em causa, e Automóvel, com especial incidência nos veículos pesados.

Os ramos que mais cresceram em 2016 foram os Acidentes de Trabalho (+12,2%), Doença (+9,6%) e Automóvel (+3,5%), que representam 68% dos seguros Não Vida.

No sector segurador constata-se, desde 2015, a movimentação de capitais, com a venda e de várias seguradoras, como a Macif (agora Caravela), a Fidelidade, a Tranquilidade e, mais recentemente a AXA (agora AGEAS) e a Açoreana. No caso da Tranquilidade e da Açoreana, apesar de manterem até ao momento essas marcas, houve uma fusão de ambas as companhias, passando a denominarem-se por Seguradoras Unidas.

Desta forma, as maiores companhias nacionais do sector segurador passaram a ser detidas maioritariamente por capital estrangeiro. Esta tendência de venda de seguradoras e de concentração do mercado manter-se-á provavelmente em 2017.

Este movimento de venda está em grande parte relacionado com o decrescimento/estagnação do mercado segurador, nomeadamente do ramo Não Vida, no período 2006-2014, com a perda de capacidade financeira dos grupos que detinham (ou detêm) essas seguradoras, com a perda de rentabilidade das seguradoras e com a necessidade de maior investimento decorrente da Solvência II. Por outro lado, os dois últimos fatores mencionados estão a pressionar a revisão em alta das tarifas, destacando-se o ramo Acidentes de Trabalho.



### 3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

#### 3.1. O GRUPO LUÍS SIMÕES

A atividade da Luís Simões, S.G.P.S., S.A. (“LS SGPS” e em conjunto com as suas subsidiárias “Luís Simões”) teve origem em 1948, inicialmente com a prestação de serviços de transporte principalmente de produtos agrícolas e de materiais de construção. Em 1968 foi constituída em Loures a empresa Transportes Luís Simões, Lda.

Na década de 1970 a empresa especializou-se ainda mais no segmento de negócio de transporte de materiais de construção e expandiu a sua área de atuação geográfica ao Porto.

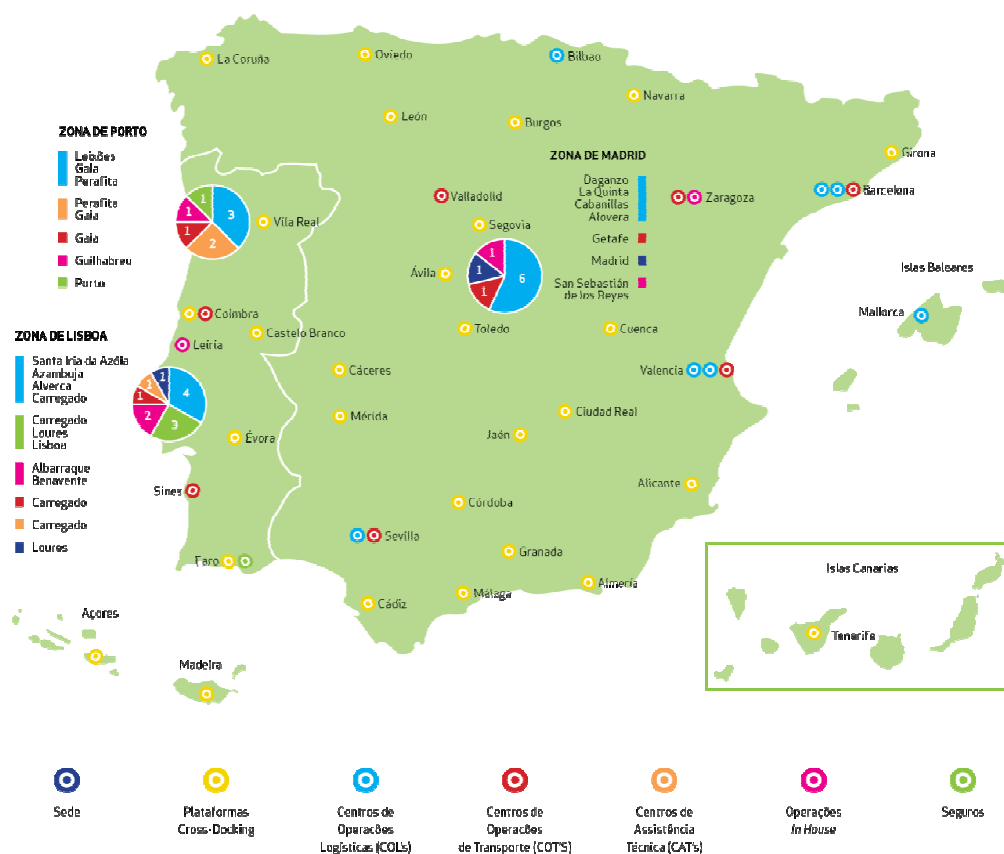
A década de 1980 trouxe a aposta na formação da equipa de gestão e a diversificação para o transporte rodoviário de mercadorias de outros setores de atividade, especialmente produtos de consumo, diminuindo significativamente a sua presença no transporte de produtos agrícolas e de materiais de construção. Em 1986 a Luís Simões expande os seus serviços para Espanha e em 1989 avança na diversificação dos seus negócios, constituindo uma empresa de manutenção de viaturas pesadas e uma empresa de mediação de seguros.

Em 1990 a Luís Simões constituiu a empresa Distribuição Luís Simões, S.A., empresa de prestação de serviços de logística, e uma sociedade em Espanha, iniciando com uma delegação em Madrid. Em 1991 constituiu a RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo S.A. (“RETA”, empresa de comercialização e aluguer de viaturas pesadas e que atualmente inclui também a atividade de manutenção e reparação de viaturas pesadas). Em 1993 a Luís Simões expande a sua atividade em Espanha com a abertura de uma delegação em Barcelona, e em 1994 em Sevilha. Em 1995 são inauguradas as instalações da Luís Simões em Vila Nova de Gaia, e em 1997 é inaugurado o primeiro de dois armazéns no Carregado, com uma área superior a 30.000 m<sup>2</sup>.

No ano 2000, a Luís Simões iniciou um processo de subcontratação parcial da frota de camiões gerida pelo seu negócio de transporte rodoviário de mercadorias, e em 2001 a Luís Simões adquiriu uma empresa de logística em Espanha. Em 2002 entrou no negócio de logística de frio positivo em Portugal. Em 2004 fundiu as 2 sociedades que detinha em Espanha dando origem à Luís Simões Logística Integrada, S.A. (“Luís Simões Espanha”). Em 2008 é inaugurado o armazém automático do Carregado, com uma área superior a 20.000 m<sup>2</sup> e uma capacidade de armazenagem superior a 50.000 paletes, e que é, ainda hoje em dia, uma referência no negócio de logística a nível ibérico pela introdução de inovação ao nível de automatismos e processos.

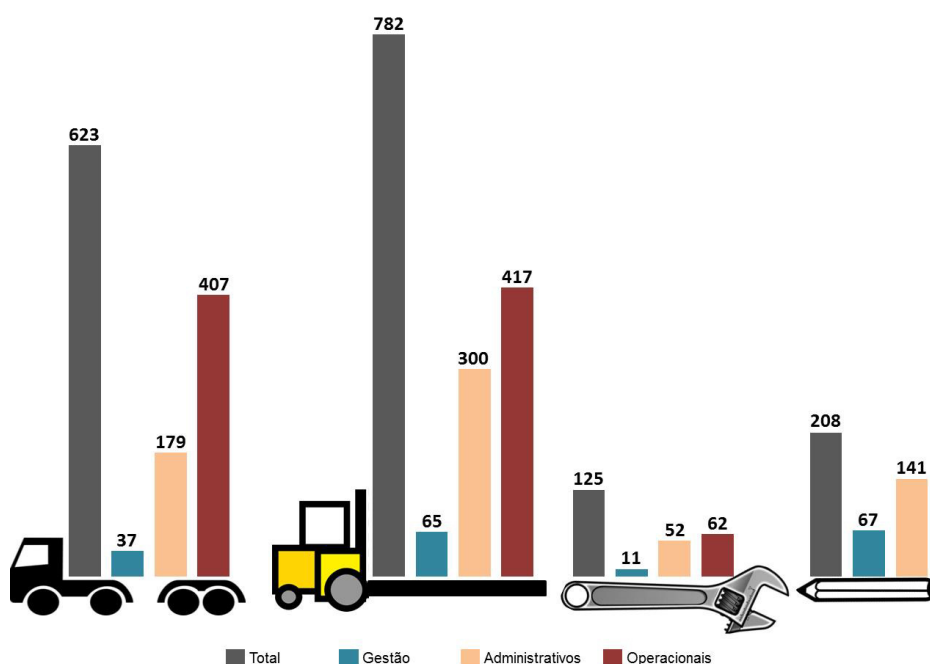
Em 2010 as empresas de transporte rodoviário de mercadorias e de logística foram integradas dando origem à Luís Simões Logística Integrada, S.A em Portugal (“LSLI Portugal”). Em 2012 a Luís Simões Espanha mudou a sua sede para um novo escritório em San Fernando, Madrid, onde trabalham atualmente aproximadamente 38 colaboradores, de um total de 466 em Espanha. Em 2013 e 2014 a Luís Simões concretizou a aquisição da Diagonal - Corretores de Seguros S.A. (“Diagonal”) e da Espaçoctrans - Gestão de Entrepósitos Aduaneiros Lda. (“Espaçoctrans”) respetivamente. Em 2015 foi inaugurado o novo Centro de Operações Logísticas de Leixões, que pela sua proximidade ao Porto de Leixões, ajuda a ilustrar o compromisso que a Luís Simões tem para com a atividade de importação e exportação, vital para a economia portuguesa. Também em 2015 foi feita a requalificação do Centro de Operações Logísticas de Gaia.

A Luís Simões gere atualmente uma frota de aproximadamente 2.000 camiões, e um espaço de armazenagem de aproximadamente 260.000 m<sup>2</sup> constituindo um operador de logística integrada com uma cobertura integral da Península Ibérica com mais de 200 milhões de quilómetros percorridos por ano e 3.750 rotas de distribuição por dia. Está presente em Portugal com recursos próprios em Loures, Carregado, Vila Nova de Gaia, Leixões, Perafita, Azambuja, Porto, Lisboa, Coimbra, Sines, Guarda e Faro, e também em Espanha em Madrid, Barcelona, Sevilha, Valência, Saragoça, Bilbao e Mérida (excluindo agentes regionais).

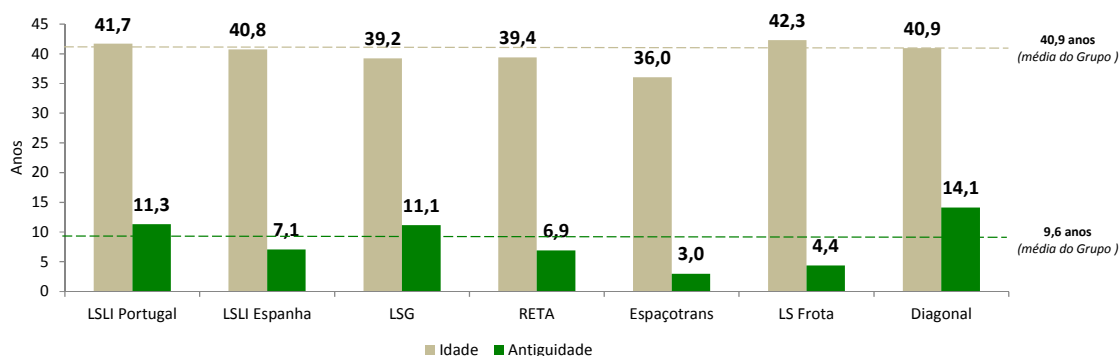


### 3.2. RECURSOS HUMANOS

A Luís Simões emprega um total de 1.738 colaboradores, em que 623 desempenham funções no negócio de transporte rodoviário de mercadorias, 782 na logística, 125 nos negócios de diversificação (RETA e Diagonal), e 208 nos Serviços Partilhados. Atualmente, 28% dos colaboradores do Grupo são do sexo feminino e 72% do sexo masculino. Excluindo funções operacionais, o rácio de colaboradores do sexo feminino sobe para 51%.



A média de idades dos colaboradores do Grupo em 2016 era de 40,9 anos, sendo a Espaçostrans a empresa com a equipa mais jovem, com uma média de 36 anos e a LS Frota a empresa com a equipa no extremo oposto, com uma média de 42,3 anos. Este indicador é bastante homogéneo no Grupo. Exemplo disso são as maiores empresas, a LSLI Portugal e a LSLI Espanha cujas médias de idades são de 41,7 e 40,8 anos, respetivamente. Quanto à antiguidade, a média do Grupo está nos 9,6 anos, contudo, neste indicador existe bastante diversidade entre as empresas, sendo que a Espaçostrans tem uma antiguidade média de apenas 3 anos enquanto que na LSLI Portugal é de 11,3 anos, sinal da estabilidade do negócio ao longo dos anos.



No que concerne a acidentes de trabalho e em termos absolutos, ocorreram menos 9 acidentes do que em 2015. A redução verificou-se, sobretudo, no negócio dos transportes em Portugal onde ocorreram menos 15 acidentes, o que configura uma redução de 25% face a 2015. No negócio da logística em Portugal ocorreu menos 1 acidente de trabalho. Em Espanha, observou-se um aumento do número de acidentes face a 2015, mais 3 no negócio da logística e mais 4 no negócio dos transportes. De notar, no entanto, que se verificaram reduções nos índices de frequência e de gravidade por acidente do negócio dos transportes em consequência do aumento de horas trabalhadas em 2016. Nota também positiva para o indicador de número de dias perdidos, onde se verificou uma redução absoluta de 53 dias em 2016.

#### **4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

No ano de 2016 a LS continuou o trabalho iniciado nos anos anteriores de preparação da organização para as oportunidades que enfrentará no futuro.

Está a ser realizado um investimento significativo na área de inovação com o desenvolvimento para a introdução de um novo Transportation Management System que se espera que origine poupanças significativas pela optimização das operações.

Estão a ser realizados também investimentos significativos numa nova centralidade em Madrid que irá dotar a LS de uma unidade com dimensão muito relevante na região. Esta unidade irá começar a ser utilizada no primeiro trimestre de 2017, e espera-se que contribua com sinergias significativas resultantes da consolidação de diversas operações numa plataforma única.

A região do Porto foi alvo de renovação das suas instalações logísticas, que culminou com a entrada de novos clientes, o que se deverá refletir no crescimento das vendas em 2017. O investimento no Porto exigiu uma desocupação parcial e durante alguns meses de 2016 com impacto no nível de vendas e rentabilidade. As instalações actuais são diferenciadoras no panorama regional, estando dotadas de equipamentos e infra-estruturas state-of-the-art, incluindo uma área especificamente desenvolvida para o negócio de logística urbana, o qual será uma aposta da LS no futuro. No final de 2016, entrou nas instalações do Porto um cliente multinacional muito relevante que permitiu diminuir a capacidade disponível praticamente a níveis residuais.

Finalmente foi realizada ao longo dos 2 últimos anos uma renovação integral da frota própria, possibilitando que a LS tenha actualmente uma frota com idade média de 2 anos. Os efeitos da renovação de frota na rentabilidade não são imediatos, e deverão começar a produzir-se a partir de 2017.

Assim, com todos estes desenvolvimentos que estão a ser realizados pela LS prevê-se uma recuperação das taxas de crescimento e rentabilidade a partir de 2017, que permitam à LS continuar a afirmar-se como um player de referência no mercado da Península Ibérica.

Lista-se de seguida um quadro resumo com os principais indicadores financeiros consolidados da Luís Simões:

CONSOLIDADO				
(valores em milhões de euros)	2014	2015	2016	Δ 2015-16
<b>Volume de Negócios</b>	<b>219,2</b>	<b>220,3</b>	<b>222,1</b>	<b>0,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>15,2</b>	<b>16,4</b>	<b>14,6</b>	<b>(11,0%)</b>
% Volume de Negócios	7,0%	7,4%	6,6%	(11,8%)
<b>EBIT</b>	<b>3,2</b>	<b>4,3</b>	<b>3,0</b>	<b>(32,0%)</b>
% Volume de Negócios	1,5%	2,0%	1,3%	(32,6%)
<b>Resultado Líquido do Exercício <sup>(1)</sup></b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>(4,7%)</b>
% Volume de Negócios	0,5%	0,8%	0,8%	(5,4%)
<b>Ativo Total</b>	<b>157,7</b>	<b>156,0</b>	<b>157,3</b>	<b>0,8%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>49,0</b>	<b>42,0</b>	<b>42,8</b>	<b>2,1%</b>
<b>Dívida Financeira Líquida <sup>(2)</sup></b>	<b>53,6</b>	<b>43,8</b>	<b>43,9</b>	<b>0,2%</b>
Dívida Líquida / EBITDA	3,5 x	2,7 x	3,0 x	12,6%

(1) Exclui interesses que não controlam.

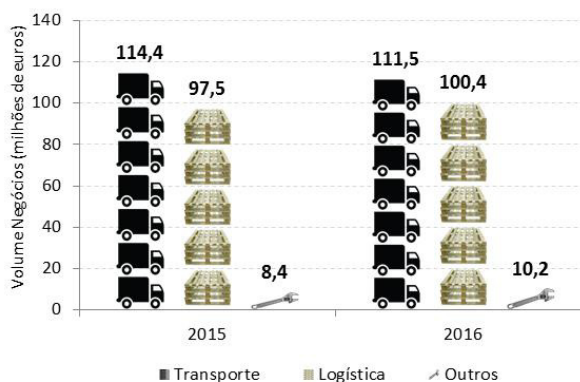
(2) Inclui empréstimos bancários, fornecedores de imobilizado, factorings e confirming, e exclui dívidas a acionistas e provisões.

A Luís Simões obteve, em 2016, um crescimento de 0,8% do volume de negócios consolidado para os 222,1 milhões de euros, influenciado principalmente pela atividade logística e que representa uma ligeira aceleração face ao crescimento de 0,5% registado em 2015. De notar que o volume de negócios da Luís Simões consiste quase exclusivamente em serviços prestados, apresentando as vendas de mercadorias um valor residual.

Embora a Luís Simões tenha iniciado a sua atividade pelo transporte rodoviário de mercadorias, a atividade de logística representa atualmente 45,2% do volume de negócios consolidado, mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos. Na logística, encontra-se incluído o volume de negócios da Espaçotrans, empresa que complementa a área de negócio de logística da Luís Simões com a atividade de logística aduaneira que tem vindo a contribuir positivamente para o aumento do volume de negócios do Grupo. Nos outros negócios estão as áreas de negócio relativas à RETA e à Diagonal.

A LSLI Portugal e a LSLI Espanha representam cerca de 95% do volume de negócios do Grupo e registaram, respetivamente, crescimentos de 0,3% e 1,0% no volume de negócios. Nas restantes empresas, destaque para o crescimento de 46,7% na Espaçotrans e de 14,4% na Diagonal. A RETA manteve a faturação alcançada em 2015.

No negócio de transporte rodoviário de mercadorias, a Luís Simões presta um âmbito alargado de serviços em diversos setores de atividade, com destaque para o





transporte de carga completa e fracionada, o aluguer de veículo com condutor, a gestão integrada de fluxos, o transporte de produção industrial, a gestão de fábricas, e o transporte dedicado. Em face do aumento do negócio da logística, o negócio transporte, que tem um maior grau de maturidade, tem vindo a perder peso na faturação total do Grupo. Ainda assim, representa cerca de 50% do total.

Relativamente ao negócio de logística, a Luís Simões disponibiliza um portefólio de serviços abrangente, incluindo transporte, armazenagem, movimentação in e out, picking, distribuição, outros serviços de valor acrescentado tais como embalagem, etiquetagem, elaboração de packs promocionais e customização de produtos, e ainda serviços de logística aduaneira e todo o tratamento administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades prestadas aos seus clientes. O volume de negócios da logística cresceu 3,0% em 2016 devido ao bom desempenho deste negócio em Espanha e na EspaçoTrans. Na EspaçoTrans, a abertura de um novo entreposto em Alverca proporcionou um crescimento superior a 100% nas vendas da região Sul e, na LSLI Espanha, as atividades de distribuição, armazenagem e co-packing foram os principais motores do crescimento de 1,0% registado pela empresa em 2016. Na LSLI Portugal, foi também a logística que deu o contributo mais positivo para o crescimento de 0,3% registado em 2016, sendo de destacar o crescimento a dois dígitos da atividade de co-packing.

De notar que em ambos os negócios cresceu o envolvimento de alguns dos maiores clientes do Grupo, prova do bom desempenho e da confiança que a Luís Simões vem demonstrando para o mercado ibérico. Em termos de rentabilidade foram interrompidos dois anos consecutivos de crescimento, tendo o Grupo gerado um EBITDA consolidado de 14,6 milhões de euros em 2016.

A rentabilidade operacional do Grupo em 2016, refletida na margem EBITDA, teve o impacto positivo dos negócios da RETA, da EspaçoTrans e da Diagonal. Destaque para a Diagonal, que inverteu a tendência dos últimos 5 anos e gerou uma margem EBITDA de 2 dígitos, resultado de um crescimento de 14,4% no volume de negócios aliado a um maior controlo dos gastos operacionais e dos gastos com o pessoal. A EspaçoTrans beneficiou do aumento significativo do volume de negócios enquanto que a rentabilidade EBITDA da RETA aumentou em grande medida devido aos bons resultados obtidos na venda de viaturas, atividade que cresceu 17,3% em 2016.

Por outro lado, a LSLI Portugal e a LSLI Espanha tiveram um impacto menos favorável na margem EBITDA do Grupo, embora apresentando indicadores positivos. No que concerne à LSLI Portugal, verificou-se um aumento de 4,5% nos gastos com subcontratos de transporte e distribuição, os quais representam agora 55% do Volume de Negócios da empresa. Por outro lado, a nova política de renovação de frota teve impactos mistos através do crescimento de 16,8% no aluguer de viaturas em modalidade de renting e, consequentemente, do abrandamento da atividade de venda de viaturas. Os gastos com pessoal aumentaram 3,6% devido, em grande medida, à incorporação de trabalhadores temporários no negócio da Logística. Foi ainda evidente algum decréscimo na compra e venda de combustível.

No que concerne à LSLI Espanha, verificou-se um aumento de 1,0% nos gastos com subcontratos de transporte e distribuição, os quais representam agora 76% do Volume de Negócios. Por outro lado, houve um aumento de gastos com pessoal e o incremento de atividade na Logística conduziu ao aumento dos gastos com o aluguer de instalações.

A rentabilidade de 2016 ficou igualmente marcada por alguns eventos de natureza não recorrente, nomeadamente, a devolução do cêntimo sanitário, um imposto extraordinário sobre os hidrocarbonetos que foi cobrado em anos anteriores.

O investimento em ativos fixos ocorreu essencialmente na esfera da RETA, em consequência da atividade normal de compra e venda de viaturas e na LSLI Espanha devido ao investimento numa nova centralidade das operações logísticas em Madrid, que ficará concluída em 2017 e que irá agregar 4 plataformas logísticas numa só de 65.000m<sup>2</sup>. Destaque ainda para a renovação de frota que ocorreu em todas as empresas do Grupo e para o investimento num sistema de informação que serve de suporte ao negócio dos transportes e de distribuição.

Em 2016, a Luís Simões deu sequência à redução do seu nível de endividamento que tem vindo a acontecer nos últimos anos. De referir que na LSLI Portugal e LSLI Espanha se verificou um aumento do endividamento devido aos investimentos acima referidos.

## 5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2016

Resumem-se de seguida alguns dos principais acontecimentos de 2016:

- Renovação da frota de tratores e semirreboques procurando mais inovação tecnológica e novas fontes de produtividade.
- Centralização na zona de Madrid da atividade logística, consolidando em Cabanillas del Campo um centro com capacidade superior a 80.000 paletes, o maior do Grupo LS, que concentrará 4 armazéns que hoje estão dispersos, possibilitando a criação de sinergias e a otimização de processos operativos. Este armazém também conterà um revolucionário automatismo que gerirá todo o cross-docking para distribuição em Espanha de forma centralizada com recurso a um sistema de armazenamento automático e software de gestão específico.
- Consolidação da plataforma logística na Azambuja com uma área de 40.000 m<sup>2</sup>, que permitirá sustentar o crescimento nesta região, e complementando a realidade do Carregado, a Sul do país.
- Abertura de um novo armazém na Zona Franca em Barcelona que permite aproximar o negócio da logística e transporte às atividades portuárias.
- Arranque de operações a Sul do rio Tejo, nomeadamente Barreiro e Montijo, que permitem posicionar a Luís Simões de forma estrutural nesta margem do rio, aumentando o leque de oportunidades de crescimento e constituindo um eixo estrutural para abastecer o sul de Portugal.
- Arranque de projetos estruturais e transversais à organização que visam a melhoria na taxa de ocupação dos armazéns, aumento de produtividade nas operações internas e negócio de transportes e redução dos custos de subcontratação.
- Abertura do Entrepasto de Alverca da EspaçoTrans com uma área de 13.000m<sup>2</sup>, que proporcionou visibilidade a Sul, e um crescimento de 129% nas vendas desta região.
- Lançamento de novos programas de formação e qualificação transversal a todas as funções, abrangendo áreas como a operacional, a comercial ou os recursos humanos.
- Reforço da responsabilidade social corporativa especialmente na ajuda ao Banco Alimentar através da recolha de alimentos em Portugal e Espanha mas também através de várias operações de transportes variados a outras instituições, do lançamento de um *workshop* solidário no Porto e da distribuição de donativos de clientes por entidades de caridade.
- A consolidação das condições para o desenvolvimento das atividades logísticas a Norte de

Portugal com a conclusão dos trabalhos em Gaia 1 de ampliação do armazém, construção de nova portaria, sala de motoristas, espaços exteriores e alteração do posto de combustível;

- Conclusão da intervenção de alteração do armazém e zona envolvente, para adaptação à atividade da Reta com construção de edifício e área comercial em Gaia 2, e respetiva obtenção de licenciamentos;
- Gestão dos ativos na ótica do proprietário, tendo sido efetuadas as ações de gestão da sua competência e responsabilidade nomeadamente quanto à manutenção, licenciamentos e apoio na resolução de situações específicas decorrentes da sua exploração.
- Foi implementado um novo Software de Recursos Humanos, que abrange todas as empresas e negócios da Luís Simões em Portugal e Espanha
- Consolidação da implementação da área de Compliance, integrada na direção de Processos e Compliance.
- Continuação do desenvolvimento do software de gestão conjunta de transportes e distribuição (TMS) com um primeiro piloto para testar conceitos.
- Escolha do novo equipamento de informática embarcada.

## 6. PERSPETIVAS PARA 2017

Listam-se de seguida algumas das principais iniciativas para 2017:

- Melhoria da rentabilidade do negócio de Transportes através de otimizações de fluxos, redução de custos e de ineficiências operativas, seguimento e controlo de consumos de combustível e redução de sinistralidade.
- Consolidar a centralidade logística na região de Madrid, que será a referência da Luís Simões em Espanha e a nível ibérico e consolidação das plataformas logísticas a nível nacional, que sustentam um crescimento estruturado.
- Conclusão do ciclo de renovação da frota e ampliação da utilização de mega-camiões.
- Entrada de novos clientes e consolidação de níveis de serviço a clientes.
- Implementação do plano estratégico para desenvolvimento da logística promocional de forma transversal ao negócio.
- Estruturar crescimento nas regiões de Barcelona, Valência e Sevilha.
- Abertura do novo Entrepósito de Leixões da EspaçoTrans com uma área de 8.600m<sup>2</sup>, que irão potenciar a atividade na Região Norte. Oportunidades de novos negócios, diferenciação da concorrência, maior oferta e maior qualidade.

## 7. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

No âmbito do plano estratégico das empresas do Grupo Luís Simões e atendendo às boas práticas nacionais e internacionais, em Dezembro de 2015, foi criada uma área organizacional corporativa de Compliance.

Sempre que efetuamos menção a Compliance referir-mo-nos a agir de acordo com a legislação e regulamentação aplicável à LS, assim como políticas internas que a LS decida seguir, como por exemplo: Código de Ética e Conduta; Política de Ofertas; Política de Gestão de Riscos; Regulamento Interno; entre outras.

A origem do Compliance na LS não tem uma natureza de imposição regulamentar, pelo que a sua adesão é voluntária. Tem como propósito prosseguir fins pedagógicos, incluindo aspetos de ética e de conduta, e disseminar conhecimentos e “boas práticas” que visem minimizar riscos para a continuidade do negócio.

Atendendo às melhores práticas, e de um ponto de vista hierárquico e funcional, o posicionamento da função Compliance na LS, garante o necessário conceito de independência, através:

- Da criação de um departamento próprio, com total independência das áreas de negócio da LS - o Departamento de Compliance e Gestão de Risco;
- Da comunicação direta com o Conselho de Administração, através do Administrador da área de Innovance;
- Da ausência de quaisquer potenciais conflitos de interesses; e
- Do acesso à informação necessária para levar a cabo as suas responsabilidades.

Com base nos principais elementos construtivos que uma função de Compliance deve abordar, e de acordo com as melhores praticas recomendadas pelos organismos especializados, definimos um Programa de Compliance simples mas eficaz, e devidamente adaptado à realidade da LS.

Este Programa foi construído em torno de uma abordagem assente em três eixos: Prevenir - Detetar - Responder.

Uma das componentes centrais do Programa de Compliance assenta no cumprimento da Política de Gestão de Riscos, a qual estabelece uma metodologia que assegura o conhecimento e avaliação dos riscos enfrentados pela LS, assim como uma forma eficaz de dar resposta efetiva a esses mesmos riscos.

O Departamento de Compliance e Gestão de Risco é responsável pela centralização do registo dos riscos existentes, respetiva categorização (Estratégico; Meio ambiente; Legal; Tecnológicos; Fraude, Pessoal; Operacional; e Financeiro) e avaliação relativa à Severidade e à Probabilidade de ocorrência, mantendo assim atualizada a “Matriz de Gestão de Riscos”.

A identificação dos riscos pode ocorrer de duas formas:

- Riscos provenientes de iniciativas estruturais do Programa de Compliance, identificados pelo Departamento de Compliance e Gestão de Risco; e
- Riscos provenientes das diversas atividades e negócios da LS, identificados por qualquer área da LS.

Para cada risco é afeto um Risk Owner, assegurando-se assim a necessária responsabilização para os processos de avaliação, definição de ações com base no impacto do risco, e posterior controlo do mesmo.

A gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de crédito, de taxa de juro, e de tesouraria, é da responsabilidade da Direção Financeira do Grupo.

É dada especial atenção aos riscos cujo produto da probabilidade de ocorrência pela severidade seja médio ou elevado.

O Departamento de Compliance e Gestão de Risco monitoriza ainda a efetividade das ações implementadas, e efetua o acompanhamento dos riscos nos Comitês de Compliance, Comissões Executivas e Comitês de Negócio/área. É também da sua responsabilidade preparar e submeter regularmente, ou quando lhe for solicitado, o report ao Conselho de Administração sobre a evolução dos riscos e respetivos planos de mitigação.

Moninhos, 30 de Março de 2017

A Administração:	Assinatura
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**BALANÇO**

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A. (CONSOLIDADO)

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos fixos tangíveis	8	76.917.951,46	80.108.151,38
Propriedades de investimento	10	1.159.862,67	1.381.088,14
Activos intangíveis	7	1.860.106,18	1.321.596,23
Outros investimentos financeiros	18.1	57.583,48	874.698,63
Créditos a receber	18.1	1.343.970,97	-
Activos por impostos diferidos	17	642.937,60	727.823,89
		81.982.412,36	84.413.358,27
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários	11	1.470.910,12	1.755.706,61
Clientes	18.1	64.770.981,31	59.875.282,82
Estado e outros entes públicos	21.4	1.734.141,74	2.561.508,00
Outros créditos a receber	18.1	6.582.569,97	6.629.834,06
Diferimentos	21.1	730.312,32	418.939,92
Caixa e depósitos bancários	4   18.1	274.792,23	243.424,07
		75.563.707,69	71.484.695,48
<b>Total do activo</b>		157.546.120,05	155.898.053,75
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	18.4	30.000.000,00	30.000.000,00
Reserva legal	21.2	213.343,60	124.681,38
Outras reservas	21.2	4.562.969,49	4.562.969,49
Resultados transitados	21.2	5.770.842,50	4.515.827,14
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	21.2	268.414,41	268.414,41
		40.815.570,00	39.471.892,42
Resultado líquido do período		1.690.786,49	1.773.244,37
Interesses que não controlam	21.3	340.610,73	725.882,48
<b>Total do capital próprio</b>		42.846.967,22	41.971.019,27
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	13	614.267,77	547.435,87
Financiamentos obtidos	18.2	32.642.783,45	29.432.392,45
Passivos por impostos diferidos	17	2.426.424,67	2.340.296,62
Outras dívidas a pagar	18.2	90.000,00	105.000,00
		35.773.475,89	32.425.124,94
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	18.2	36.507.171,63	34.880.594,37
Estado e outros entes públicos	21.4	2.417.851,05	2.198.620,72
Financiamentos obtidos	18.2	22.183.636,82	27.269.923,52
Outras dívidas a pagar	18.2	17.040.913,17	15.903.479,51
Diferimentos	21.1	776.104,27	1.249.291,42
		78.925.676,94	81.501.909,54
<b>Total do passivo</b>		114.699.152,83	113.927.034,48
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		157.546.120,05	155.898.053,75

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

<b>O Contabilista Certificado:</b>	<b>Assinatura</b>
Vítor José Caetano de Sousa	
<b>A Administração:</b>	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A. (CONSOLIDADO)  
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	12	222.076.686,78	220.330.160,87
Subsídios à exploração	14	61.182,95	176.235,26
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(0,00)	12.055,88
Trabalhos para a própria entidade	21.5	477.816,96	610.873,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(13.016.272,13)	(15.146.880,64)
Fornecimentos e serviços externos	21.6	(161.319.160,52)	(158.491.350,98)
Gastos com o pessoal	19	(46.775.953,28)	(44.368.145,10)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	(274.991,21)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	18.1	(299.124,77)	(8.571,58)
Provisões (aumentos / reduções)	13	(429.169,53)	175.841,59
Outros rendimentos	21.7	16.091.218,86	14.811.185,16
Outros gastos	21.8	(2.031.406,87)	(1.731.430,49)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>14.560.827,24</b>	<b>16.369.973,78</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21.9	(11.402.030,47)	(12.026.184,10)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	10	(206.448,31)	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.952.348,46</b>	<b>4.343.789,68</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21.10	8,33	409,39
Juros e gastos similares suportados	21.11	(1.056.773,50)	(1.071.807,78)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.895.583,29</b>	<b>3.272.391,29</b>
Imposto sobre o rendimento do período	17	(565.739,32)	(1.359.298,35)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.329.843,97</b>	<b>1.913.092,94</b>

<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa mãe		1.690.786,49	1.773.244,37
Interesses que não controlam		(360.942,52)	139.848,57
<b>Resultado por ação básico</b>	21.3	0,28	0,30

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
**LS-LUIS SIMÕES, SGPS, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		271.829.835,14	271.381.705,95
Pagamentos a fornecedores		(209.068.542,86)	(207.410.956,38)
Pagamentos ao pessoal		(29.835.717,63)	(28.195.678,41)
Caixa gerada pelas operações		32.925.574,65	35.775.071,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(153.717,77)	(367.684,93)
Outros recebimentos/pagamentos		(24.440.523,49)	(23.565.706,95)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.331.333,39	11.841.679,28
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.870.280,84)	(13.646.504,90)
Ativos intangíveis		(100.660,23)	(225.079,64)
Investimentos financeiros		-	(1.044.000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7.329.883,17	5.598.837,16
Investimentos financeiros		54.093,25	6.353,56
Outros ativos		499,37	499,37
Juros e rendimentos similares		762,70	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(4.585.702,58)	(9.309.894,45)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		21.006.271,32	39.236.452,47
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(21.303.102,77)	(29.635.979,54)
Juros e gastos similares		(1.132.956,38)	(1.207.840,16)
Dividendos	21.2	(429.566,79)	(1.037.802,93)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	18.4	-	(6.830.400,00)
Outras operações de financiamento		(1.854.908,03)	(3.391.648,43)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.714.262,65)	(2.867.218,59)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		31.368,16	(335.433,76)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	243.424,07	578.857,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	274.792,23	243.424,07

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

<b>O Contabilista Certificado:</b>	<b>Assinatura</b>
Vítor José Caetano de Sousa	
<b>A Administração:</b>	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2015

Euros

	Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015		30.000.000,00	6.830.400,00	68.088,82	4.562.969,49	4.515.827,05	268.414,41	1.131.851,12	47.377.550,89	1.653.653,41	49.031.204,30
Alterações no período:											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											
Aplicação de Resultados		-	-	56.592,56	-	1.075.258,56	-	(1.131.851,12)	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.891,35)	(2.891,35)
Efeito de aquisição / alienação de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.032.335,21)	(1.032.335,21)
Outras alterações efetuadas diretamente nos CP		-	-	-	-	-	-	-	-	279,33	279,33
18.4   21.2		30.000.000,00	6.830.400,00	124.681,38	4.562.969,49	5.591.085,61	268.414,41	-	47.377.550,89	618.706,18	47.996.257,07
Resultado líquido do período								1.773.244,37	1.773.244,37	139.848,57	1.913.092,94
Resultado integral								1.773.244,37	1.773.244,37	139.848,57	1.913.092,94
Operações com detentores de capital no período											
Prestações Suplementares/Acessórias	18.4	-	(6.830.400,00)	-	-	-	-	-	(6.830.400,00)	-	(6.830.400,00)
Outras operações											
Distribuição Dividendos		-	-	-	-	(1.075.258,47)	-	-	(1.075.258,47)	(32.672,27)	(1.107.930,74)
		-	(6.830.400,00)	-	-	(1.075.258,47)	-	-	(7.905.658,47)	(32.672,27)	(7.938.330,74)
Posição no fim do período 2015	18.4   21.2	30.000.000,00	-	124.681,38	4.562.969,49	4.515.827,14	268.414,41	1.773.244,37	41.245.136,79	725.882,48	41.971.019,27

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NO PERÍODO 2016

											Euros
	Notas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016		30.000.000,00	-	124.681,38	4.562.969,49	4.515.827,14	268.414,41	1.773.244,37	41.245.136,79	725.882,48	41.971.019,27
Alterações no período:											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											
Aplicação de Resultados		-	-	88.662,22	-	1.684.582,15	-	(1.773.244,37)	-	-	-
18.4   21.2		30.000.000,00	-	213.343,60	4.562.969,49	6.200.409,29	268.414,41	-	41.245.136,79	725.882,48	41.971.019,27
Resultado líquido do período								1.690.786,49	1.690.786,49	(360.942,52)	1.329.843,97
Resultado integral								1.690.786,49	1.690.786,49	(360.942,52)	1.329.843,97
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Distribuição Dividendos	21.2	-	-	-	-	(429.566,79)	-	-	(429.566,79)	(24.329,23)	(453.896,02)
		-	-	-	-	(429.566,79)	-	-	(429.566,79)	(24.329,23)	(453.896,02)
Posição no fim do período 2016	18.4   21.2	30.000.000,00	-	213.343,60	4.562.969,49	5.770.842,50	268.414,41	1.690.786,49	42.506.356,49	340.610,73	42.846.967,22

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

<b>O Contabilista Certificado:</b>	<b>Assinatura</b>
Vítor José Caetano de Sousa	
<b>A Administração:</b>	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	

**ANEXO**

(Montantes expressos em Euros)

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

O Grupo Luis Simões (“Grupo”) é constituído pela LS - Luis Simões, SGPS, S.A., e pelas suas subsidiárias.

A LS - Luis Simões, SGPS, S.A. (“Empresa”), sociedade anónima, com sede em Moninhos, Loures, foi constituída em 5 de agosto de 1996 e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

O Grupo opera nas seguintes áreas de negócio:

1- A atividade do transporte rodoviário de mercadorias que representa cerca de 48% do volume de negócios do Grupo lidera o mercado do transporte nacional e o mercado dos fluxos rodoviários na Península Ibérica.

2- A atividade logística que representa cerca de 45% do volume de negócios do Grupo, lidera na Logística e Distribuição de produtos de grande consumo, em Portugal, prestando serviços integrados de transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controle de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado. Em Espanha, esta atividade é também especializada em Logística e Distribuição de produtos de grande consumo.

3- As outras atividades que representam cerca de 7% da faturação global do Grupo, cumprem dois objetivos fundamentais: apoiar as atividades principais do Grupo e desenvolver negócios autónomos nos seus mercados específicos.

A Empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A..

A empresa é detida pelas entidades descritas no quadro seguinte:

Acionistas	Nº Ações detidas	% Direito de Voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.999.700	33,33%	33,33%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1.999.700	33,33%	33,33%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1.999.700	33,33%	33,33%
José Luís Simões	300	0,01%	0,01%
Leonel Fernando Simões	300	0,01%	0,01%
Jorge Manuel Simões	300	0,01%	0,01%
	6.000.000	100,00%	100,00%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas na Assembleia Geral de acionistas.



## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.22.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Apesar de em 31 de dezembro de 2016, se verificar que os ativos correntes são inferiores aos passivos correntes no montante de 3.266.646,21 Euros, é de referir que os fluxos de caixa operacionais gerados pelo Grupo foram, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de 8.331.33,39 Euros e 11.841.679,28 Euros, respetivamente, tendo o Grupo apurado um resultado operacional positivo de 14.560.827,24 Euros e 16.369.973,78 Euros. Adicionalmente, o Grupo poderá usufruir das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, as quais em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 15.460.101,90 Euros.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

O universo empresarial do Grupo é composto pelas Subsidiárias descritas na Nota 6.

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009 de 15 de Julho, republicado pelo Decreto Lei 98/2015 de 2 de Junho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

- Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:
  - Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
  - Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;
- Sendo titular de capital:
  - Tem a maioria dos direitos de voto, exceto se se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
  - Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
  - Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
  - Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
  - Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

Apesar de deter uma participação inferior a 20%, a Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A., é considerada como subsidiária, e consolidada pelo método integral, atendendo que é possível demonstrar que o Grupo exerce o controlo efetivo sobre a mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos Ativos e Passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados no exercício em que é apurada.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas Subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgiram da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo foi aplicado o disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento.

O Capital Próprio e o Resultado Líquido das Subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de Interesses Minoritários no Balanço consolidado (de forma autónoma dentro do Capital Próprio) e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente.

### 3.2. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, moeda funcional do Grupo.

### 3.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo ou ao custo considerado (para os ativos adquiridos antes da data de transição para as NCRF's), deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de depreciação resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Bem	2016
Edifícios e outras construções	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,00
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	10,00 - 33,00

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo esperados dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente, afetando os resultados do período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo sendo o ganho (ou a perda) reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

### 3.4. LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito, na rubrica de juros e gastos similares suportados.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, ou quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### 3.5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo ou ao custo considerado (correspondendo ao justo valor na data de transição para o SNC, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

De acordo com os normativos contabilísticos adotados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se arrendado ou não.

### 3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

#### Reconhecimento inicial

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Bem	2016
Programas de computador	16,66 - 33,33
Outros ativos intangíveis	10,00



### 3.7. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

O Grupo utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

### 3.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

**Imposto corrente:** o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

**Imposto diferido:** os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

### 3.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adotado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

### 3.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Grupo classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos e passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos ativos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado:

- i) os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e
- ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Grupo classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de doze meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes ativos estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, caixa e depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos obtidos correntes do Balanço, quando estes descobertos resultam de situações pontuais.

### 3.13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os gastos com juros relativos a financiamentos obtidos são registados na rubrica de gastos e perdas de financiamento em resultados do exercício.

### 3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

### 3.15. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é mais provável de que não que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação conhecidos e avaliados pela Gestão à data de relato.

### 3.16. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal, nas rubricas de Balanço “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

### 3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

### 3.18. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos na rubrica “Juros e gastos similares suportados” da Demonstração de resultados.

### 3.19. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.



### 3.20. CAPITAL PRÓPRIO

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos mesmos.

### 3.21. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

O Grupo incorre em dispêndios de carácter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.

### 3.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Luís Simões são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### 3.22.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do sector.

#### 3.22.2. PERDAS POR IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pelo Grupo dos fluxos de caixa que se espera receber.

#### 3.22.3. PROVISÕES

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

#### 3.22.4. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

#### 3.23. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço "adjusting events" são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço "non adjusting events" são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Caixa e seus Equivalentes compõe-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	16.006,05	16.359,95
Depósitos à Ordem	258.786,18	227.064,12
Total de caixa e depósitos bancários	274.792,23	243.424,07

### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Nos exercícios de 2016 e 2015 não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas utilizadas, nem foram identificados erros materiais.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras são considerados como partes relacionadas todas as subsidiárias da LS - Luís Simões, SGPS, S.A. e elementos chave na Gestão das mesmas.

### 6.1. ENTIDADES DO GRUPO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Actividade	% Participação 2016	% Participação 2015	Controlo Efectivo 2016	Controlo Efectivo 2015	RETG S (*)
LS - Luís Simões, SGPS, SA (Holding)	Moninhos - Loures	Gestão de participações sociais					Sim
Luís Simões Logística Integrada, SA (Portugal)	Moninhos - Loures	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Sim
Luís Simões Logística Integrada, SA (Espanha)	Madrid - Espanha	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Não
LS Frota, Lda.	Carregado - Alenquer	Transportes	100%	100%	100%	100%	Sim
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, SA	Moninhos - Loures	Aluguer, venda e manutenção de viaturas	100%	100%	100%	100%	Sim
Diagonal - Corretores de Seguros, SA	Moninhos - Loures	Mediação de seguros	100%	100%	100%	100%	Sim
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA	Moninhos - Loures	Serviços de suporte ao Grupo	100%	100%	100%	100%	Sim
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, SA	Carregado - Alenquer	Imobiliária	100%	100%	100%	100%	Não
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A.	Moninhos - Loures	Imobiliária	11,51%	11,51%	100%	100%	Não
Espaçotrans - Gestão Entrepósitos Aduaneiros, Lda.	Quebradas de Cima - Póvoa Santa Iria	Gestão de entrepostos aduaneiros	70,00%	70,00%	70%	70%	Não

(\*) RETGS - Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

Não existem subsidiárias excluídas do processo de consolidação pelo método da consolidação integral.

Apesar de deter uma participação inferior a 20%, a Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A., é considerada como subsidiária, e consolidada pelo método integral, atendendo que é possível demonstrar que o Grupo exerce o controlo efetivo sobre a mesma.

## 6.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram atribuídas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

Remuneração	2016	2015
Benefícios de curto prazo dos empregados	955.511,09	1.084.490,32
	955.511,09	1.084.490,32

O Conselho de Administração do Grupo foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

## 6.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)
<b>Outras partes relacionadas:</b>		
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Mira Serra, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Outros acionistas	Suprimentos	Dividendos

### b) Quantias de transações e saldos pendentes com partes relacionadas

	Ano	Suprimentos Obtidos (Nota 18.2)	Juros Suportados (Nota 21.11)
<b>Outras partes relacionadas:</b>			
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	2015	195.800,00	7.605,98
	2016	195.800,00	6.970,44
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	2015	202.800,00	7.627,45
	2016	202.800,00	7.219,68
Mira Serra, SGPS, S.A.	2015	203.800,00	7.604,17
	2016	203.800,00	7.255,32
Acionistas individuais	2015	12.566.649,44	158.368,22
	2016	11.683.737,67	436.199,70
<b>Total</b>	2015	13.169.049,44	181.205,82
	2016	12.286.137,67	457.645,14

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Valores em 01.01.2015</b>				
Quantias brutas escrituradas	5.292.463,29	690.476,12	20.130,00	6.003.069,41
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4.363.234,05)	(115.079,38)	-	(4.478.313,43)
Quantias líquidas escrituradas	929.229,24	575.396,74	20.130,00	1.524.755,98
Adições	133.175,05	-	177.208,70	310.383,75
Alienações, sinistros e abates				
Quantias brutas escrituradas	(40.770,61)	-	-	(40.770,61)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	38.155,32	-	-	38.155,32
Amortizações (Nota 21.4)	(441.880,57)	(69.047,64)	-	(510.928,21)
<b>Valores em 31.12.2015</b>				
Quantias brutas escrituradas	5.384.867,73	690.476,12	197.338,70	6.272.682,55
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4.766.959,30)	(184.127,02)	-	(4.951.086,32)
Quantias líquidas escrituradas	617.908,43	506.349,10	197.338,70	1.321.596,23
Adições	152.014,18	-	768.507,66	920.521,84
Transferências	177.208,70	-	(177.208,70)	-
Alienações, sinistros e abates				
Quantias brutas escrituradas	(1.499,00)	-	-	(1.499,00)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	441,00	-	-	441,00
Amortizações (Nota 21.4)	(291.776,25)	(69.047,64)	-	(360.823,89)
<b>Valores em 31.12.2016</b>				
Quantias brutas escrituradas	5.712.591,61	690.476,12	768.507,66	7.171.575,39
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(5.058.294,55)	(253.174,66)	-	(5.311.469,21)
Quantias líquidas escrituradas	654.297,06	437.301,46	768.507,66	1.860.106,18

As principais adições ocorridas em 2016 respeitam ao licenciamento e outros gastos com um novo software de gestão das operações de transporte (“TMS”), ainda em curso no final do exercício, e que é expectável que entre em produção em 2017.

A rubrica “Outros ativos intangíveis” é referente a uma carteira de seguros, a qual foi adquirida no exercício de 2013. Este ativo intangível encontra-se a ser amortizado pelo período de 10 anos, correspondendo à vida útil estimada pelo Conselho de Administração.

Os programas de computador não são propriedade do Grupo, a qual se limita a ter os respetivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem ativos intangíveis dados como garantias de passivos.

Não existem compromissos futuros para aquisição de ativos intangíveis.



## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
<b>Valores em 01.01.2015</b>								
Quantias brutas escrituradas	12.168.068,98	64.509.276,84	72.099.085,84	836.292,31	8.255.059,47	2.188.210,14	5.259.513,61	165.315.507,19
Depreciações e perdas por imparidade	-	(32.666.164,14)	(42.396.930,42)	(782.632,79)	(7.383.634,08)	(1.380.011,91)	-	(84.609.373,34)
Quantias líquidas escrituradas	12.168.068,98	31.843.112,70	29.702.155,42	53.659,52	871.425,39	808.198,24	5.259.513,61	80.706.133,85
Adições	-	193.096,11	6.803.846,48	-	578.015,91	82.874,14	5.204.277,41	12.862.110,05
Transferências de Propriedades de								
Quantias brutas escrituradas	71.147,53	213.442,59	-	-	-	-	-	284.590,12
Amortizações e perdas por imparidade	-	(4.268,88)	-	-	-	-	-	(4.268,88)
Transferências	-	55.951,16	954.435,81	-	-	-	(1.010.386,97)	-
Outras alterações	-	-	(360,00)	-	-	-	(64.000,00)	(64.360,00)
Alienações, sinistros e abates								-
Quantias brutas escrituradas	-	(100.718,29)	(13.432.800,55)	-	(40.024,65)	(5.050,00)	-	(13.578.593,49)
Amortizações e perdas por imparidade	-	75.539,80	11.294.087,14	-	29.289,33	4.102,19	-	11.403.018,46
Depreciações	-	(2.625.725,81)	(8.156.841,30)	(44.240,19)	(524.125,24)	(149.546,19)	-	(11.500.478,73)
<b>Valores em 31.12.2015</b>								
Quantias brutas escrituradas	12.239.216,51	64.871.048,41	66.424.207,58	836.292,31	8.793.050,73	2.266.034,28	9.389.404,05	164.819.253,87
Depreciações e perdas por imparidade	-	(35.220.619,03)	(39.259.684,58)	(826.872,98)	(7.878.469,99)	(1.525.455,91)	-	(84.711.102,49)
Quantias líquidas escrituradas	12.239.216,51	29.650.429,38	27.164.523,00	9.419,33	914.580,74	740.578,38	9.389.404,05	80.108.151,38
Adições	-	469.443,14	7.474.131,91	3.796,00	528.338,07	141.032,26	2.578.443,30	11.195.184,68
Transferências de Propriedades de								
Quantias brutas escrituradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	6.207.238,42	529.683,25	-	4.864,26	1.848,85	(6.761.476,56)	(17.841,78)
Outras alterações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações, sinistros e abates								-
Quantias brutas escrituradas	-	(1.497.589,92)	(14.297.910,51)	(13.500,00)	(27.625,89)	(103.273,33)	(14.191,64)	(15.954.091,29)
Amortizações e perdas por imparidade	-	1.451.892,95	11.027.931,03	11.604,16	19.234,76	102.314,99	-	12.612.977,89
Depreciações	-	(2.827.562,83)	(7.597.993,75)	(5.461,73)	(462.624,73)	(132.786,38)	-	(11.026.429,42)
<b>Valores em 31.12.2016</b>								
Quantias brutas escrituradas	12.239.216,51	70.050.140,05	60.130.112,23	826.588,31	9.298.627,17	2.305.642,06	5.192.179,15	160.042.505,48
Depreciações e perdas por imparidade	-	(36.596.288,91)	(35.829.747,31)	(820.730,55)	(8.321.859,96)	(1.555.927,30)	-	(83.124.554,02)
Quantias líquidas escrituradas	12.239.216,51	33.453.851,14	24.300.364,92	5.857,76	976.767,21	749.714,77	5.192.179,15	76.917.951,46

As principais adições ocorridas em 2016 respeitam à aquisição de viaturas, estanterias, hardware, equipamentos de rádio frequência e instalações de segurança.

As principais transferências do ano de 2016 referem-se à remodelação e ampliação das instalações de Gaia, que começaram a ser utilizadas no início de 2016.

As alienações ocorridas em 2016 respeitam, essencialmente, a alienação de viaturas.

Não existem ativos fixos tangíveis dados como garantias de passivos, nem hipotecas sobre Terrenos e os Edifícios que sejam propriedade do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com exceção dos ativos adquiridos em regime de locação financeira (Nota 9).

A quantia de dispêndios reconhecida no ativo fixo tangível em curso compõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
Viaturas em Preparação	781.852,87	514.165,98
Terminal Azambuja	2.602.405,98	2.598.935,85
Remodelação Instalações Gaia	-	6.201.658,42
Novo Centro Logístico Madrid	1.683.443,96	-
Outros	124.476,34	74.643,80
	<b>5.192.179,15</b>	<b>9.389.404,05</b>

O ativo fixo tangível referente ao terminal da Azambuja diz respeito a dois terrenos, os quais irão ser utilizados pela empresa num futuro próximo, no âmbito da sua atividade.

Em 2016, a Empresa incorreu num conjunto de gastos de preparação do novo centro logístico em Madrid, o qual irá ficar operacional no 1º trimestre de 2017.

Durante o exercício foi reconhecido nos resultados o valor de 23.543,94 Euros relativo a indemnizações a receber de seguradoras relativas a sinistros por perda total de viaturas. No exercício de 2015 o montante reconhecido ascendeu a 123.296,54 Euros.

## 9. LOCAÇÕES

### LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	2.196.421,11	4.207.187,81
Edifícios e outras construções	9.483.099,76	11.934.035,02
Equipamento básico	-	60.318,47
	<b>11.679.520,87</b>	<b>16.201.541,30</b>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	1.477.561,91	1.461.980,54	1.656.666,50	1.633.470,81
Entre 1 ano e 5 anos	3.255.799,81	3.241.877,67	4.729.183,80	4.701.162,39
Total dos pagamentos mínimos	4.733.361,72	4.703.858,21	6.385.850,30	6.334.633,20
Encargos financeiros	(29.503,52)	n/a (*)	(51.217,10)	n/a (*)
Valor presente dos pagamentos mínimos	4.703.858,21	4.703.858,21	6.334.633,20	6.334.633,20

(\*) - não aplicável

O Grupo tem contratos de locação para terrenos e edifícios.

Os contratos referidos não prevêm rendas contingentes e incluem opção de compra.

#### LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os futuros pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais em 31 de dezembro 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2016			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de Imóveis	7.279.239,41	5.457.406,69	8.568.776,00	-
Locações de Viaturas Ligeiras	530.360,95	491.956,97	762.356,71	-
Locações de Viaturas Pesadas	2.837.891,61	3.179.117,28	5.313.831,72	-
Locações de Empilhadores	2.286.233,00	919.551,71	882.248,32	-
	12.933.724,97	10.048.032,65	15.527.212,75	-

	31-12-2015			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de Imóveis	6.509.649,54	4.172.519,50	1.037.164,63	-
Locações de Viaturas Ligeiras	490.198,84	436.057,00	746.783,11	170.479,26
Locações de Viaturas Pesadas	1.527.631,58	1.412.333,24	757.104,78	-
Locações de Empilhadores	1.793.820,52	1.094.959,50	856.295,54	-
	10.321.300,48	7.115.869,24	3.397.348,06	170.479,26

## 10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade do Grupo e apresentam a seguinte evolução:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>A 1 de Janeiro</b>		
Valor bruto	1.440.293,88	1.724.884,00
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(59.205,74)	(48.697,46)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.381.088,14</b>	<b>1.676.186,54</b>
Transferências para activo fixo tangível		
Quantia bruta	-	(284.590,12)
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	4.268,88
Depreciações (Nota 21.9)	(14.777,16)	(14.777,16)
Perdas por Imparidade	(206.448,31)	-
<b>A 31 de Dezembro</b>		
Valor bruto	1.440.293,88	1.440.293,88
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(280.431,21)	(59.205,74)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.159.862,67</b>	<b>1.381.088,14</b>

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração a entidades externas.

No decorrer do exercício de 2016 o Grupo obteve uma avaliação de mercado relativa a parte das propriedades de investimento, as quais revelaram que o seu justo valor era inferior ao seu valor contabilístico em 206.448,31 Euros, tendo procedido ao registo da respetiva perda por imparidade.

Com exceção do referido acima, o justo valor dos ativos à data do balanço não diverge significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo a essa data.

Em 31 de dezembro de 2016 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

O Grupo reconheceu na demonstração de resultados por naturezas consolidadas, na rubrica outros rendimentos e ganhos, o montante de 44.239,05 Euros (39.159,05 Euros em 2015) relativo a rendas de Propriedades de Investimento.

## 11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2016	2015
<b>Mercadorias</b>		
Montante bruto	1.351.965,69	1.350.739,76
Perdas por imparidade	(267.023,26)	-
	<u>1.084.942,43</u>	<u>1.350.739,76</u>
<b>Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo</b>		
Montante bruto	393.935,64	404.966,85
Perdas por imparidade	(7.967,95)	-
	<u>385.967,69</u>	<u>404.966,85</u>
	<u>1.470.910,12</u>	<u>1.755.706,61</u>

Os inventários indicados no quadro acima correspondem a terrenos, peças adquiridas para reparações e manutenção de viaturas e combustível para utilização nas viaturas próprias e cedência a subcontratados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

### Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Inventários em 1 de Janeiro de 2015	1.145.453,10	405.540,81	1.550.993,91
Compras	6.291.718,68	9.122.037,38	15.413.756,06
Regularizações de inventários	-	(62.162,72)	(62.162,72)
Existências em 31 de Dezembro de 2015	1.350.739,76	404.966,85	1.755.706,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>6.086.432,02</u>	<u>9.060.448,62</u>	<u>15.146.880,64</u>
Inventários em 1 de Janeiro de 2016	1.350.739,76	404.966,85	1.755.706,61
Compras	4.958.025,47	8.116.375,26	13.074.400,73
Perdas por imparidade	(267.023,26)	(7.967,95)	(274.991,21)
Regularizações de inventários	-	(67.933,88)	(67.933,88)
Existências em 31 de Dezembro de 2016	1.084.942,43	385.967,69	1.470.910,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>4.956.799,54</u>	<u>8.059.472,59</u>	<u>13.016.272,13</u>

Os montantes acima apresentados como custo incluem 6.574.766,46 Euros (7.057.508,54 Euros em 2015) referentes ao consumo os combustíveis vendidos a subcontratados, cujo réditto está registado na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 21.7).

**Ajustamentos reconhecidos como gasto do período:**

	2016	2015
Perdas por Imparidade:		
Mercadorias	267.023,26	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	7.967,95	
	<u>274.991,21</u>	<u>-</u>

No decorrer do exercício de 2016, o Grupo obteve avaliações de mercado relativa aos terrenos registados como inventários, as quais revelaram que o justo valor dos mesmos era inferior ao seu valor contabilístico em 274.991,21 Euros, tendo procedido ao registo da respetiva perda por imparidade.

**12. RÉDITO**

O rédito reconhecido pelo Grupo em 2016 e em 2015, é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	4.458.357,58	4.201.205,92
Devolução de Vendas	(15.341,78)	-
Descontos e Abatimentos	(24.192,07)	(11.442,24)
	<u>4.418.823,73</u>	<u>4.189.763,68</u>
Prestação de Serviços		
Serviços	217.676.295,21	216.182.427,70
Descontos e Abatimentos	(18.432,16)	(42.030,51)
	<u>217.657.863,05</u>	<u>216.140.397,19</u>
	<u>222.076.686,78</u>	<u>220.330.160,87</u>

A repartição do rédito apurado por negócio e por mercados geográficos é a seguinte:

	2016	2015
Logística	100.455.764,34	96.780.268,13
Transportes	106.907.419,40	109.973.424,82
Outros	14.713.503,04	13.576.467,92
	<u>222.076.686,78</u>	<u>220.330.160,87</u>

	2016	2015
Mercado Interno	209.368.576,93	205.498.175,06
Mercado Externo	12.708.109,85	14.831.985,81
	<u>222.076.686,78</u>	<u>220.330.160,87</u>

### 13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

#### 13.1. PROVISÕES

Os valores registados na rubrica de provisões referem-se à melhor estimativa da administração para fazer face às perdas estimadas como prováveis relativamente aos processos judiciais em curso.

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
A 1 de janeiro de 2015	410.667,85	386.609,61	797.277,46
Utilizações no ano	(10.000,00)	(64.000,00)	(74.000,00)
Reversões do ano	(19.859,98)	(322.609,61)	(342.469,59)
Aumentos do ano	166.628,00	-	166.628,00
A 31 de dezembro de 2015	547.435,87	-	547.435,87
A 1 de janeiro de 2015	547.435,87	-	547.435,87
Utilizações no ano	(362.337,63)	-	(362.337,63)
Reversões do ano	(79.705,83)	-	(79.705,83)
Aumentos do ano	508.875,36	-	508.875,36
A 31 de dezembro de 2016	614.267,77	-	614.267,77

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo registou gastos de 429.169,53 Euros e reversões de 175.841,59 Euros, respetivamente.

#### 13.2. PASSIVOS CONTINGENTES

Existe um processo em tribunal contra o Grupo em que é peticionada uma indemnização por causa de um acidente ocorrido no interior das instalações do mesmo, para o qual não foi possível estimar o valor do eventual encargo a incorrer. A contingência máxima deste processo ascende a 150.000 Euros, que corresponde ao valor da indemnização peticionada. O Conselho de Administração, com base na opinião dos seus consultores legais, entende que o risco de perda é reduzido, não tendo registado qualquer provisão para este efeito.

#### 13.3. ATIVOS CONTINGENTES

As subsidiárias Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal) e Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha) procederam à reclamação do “Impuesto sobre las Ventas Minoristas de Determinados Hidrocarburos” (IVMDH), tanto às Comunidades Autónomas como à Agencia Estatal de Administración Tributária (AEAT), referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2012.

O IVMDH incumpe a normativa comunitária harmonizadora dos Impostos Especiais e em concreto o artigo 3, numero 2 da Directiva 92/12/CEE do Conselho, de 25 de fevereiro de 1992, relativa ao



regime geral, mandato, circulação e controlo dos produtos objeto de Impostos Especiais. Com data de 27 de fevereiro de 2014, o tribunal de justiça da União Europeia declarou que o IVMDH é contrário à Diretiva sobre os Impostos Especiais, o que permite que as empresas possam reclamar o valor às respetivas administrações públicas.

O valor total reclamado a 31 de dezembro de 2016 é de 4.532.305,64 Euros, acrescidos de juros de mora. Durante o exercício de 2016 foi devolvido o montante de 1.893.929,88 Euros acrescido de juros de mora no valor de 598.303,96 Euros, evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como “Outros recebimentos”. Assim, não se encontram registados contabilisticamente à data de fecho, os valores reclamados cujo montante ascende a 1.629.036,00 Euros acrescido dos respetivos juros de mora, os quais são registados na medida da confirmação por parte da Administração Fiscal espanhola que os montantes serão devolvidos.

O montante indicado no parágrafo anterior inclui um valor de 690.545 Euros, reclamado por via da “Responsabilidad Patrimonial del Estado (español)”, em fevereiro de 2015, relativamente aos períodos que já estavam prescritos (Primeiro trimestre de 2002 a terceiro trimestre de 2004 y primeiro a terceiro trimestres de 2009).

#### 13.4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em fevereiro de 2013 e março de 2014 o Grupo foi notificado pelo Departamento de Fiscalização do Instituto de Segurança Social para apresentar diversa documentação, a qual foi entregue dentro dos prazos definidos. Até à data de elaboração destas demonstrações financeiras não foi recebida qualquer informação por parte do Instituto de Segurança Social sobre o resultado do referido processo de fiscalização. É nossa convicção de que, do processo de fiscalização, não irão resultar infrações que possam influenciar de forma significativa estas demonstrações financeiras.

#### 14. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2016	2015
Subsídios do Estado		
Estágios	27.721,58	70.891,46
Incentivos ao Emprego	28.016,61	65.432,55
Incentivo Optimum	-	34.031,25
Incentivo Viatura a Gás	-	5.880,00
Outros	5.444,76	-
	<u>61.182,95</u>	<u>176.235,26</u>

O Grupo em 2016 e 2015 não beneficiou diretamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo.

**15. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO**

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos rendimentos e gastos relativos a diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis.

**16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não se registaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2016 que pela sua relevância e materialidade requeiram ajustamento ou divulgação, conforme descrito na nota 3.23.

**17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

O Grupo, em Portugal, encontra-se sujeito a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), sendo a taxa atual de 21% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

Algumas empresas do Grupo, subsidiárias em Portugal encontram-se englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 69º e seguintes do CIRC, liderado pela acionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A.. A subsidiária estrangeira é tributada de acordo com as regras fiscais vigentes no respetivo país de origem.

As empresas incluídas no “RETGS” são apresentadas no quadro seguinte:

Empresa	Data início
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	01-01-2007
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	01-01-2007
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	01-01-2007
Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.	01-01-2007
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	01-01-2011
LS Frota, Lda.	01-01-2016

A LS - Luís Simões SGPS, S.A., como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada um das sociedades dominadas pertencentes ao RETGS.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respetivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações

ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2013 a 2016 poderão vir ainda a estar sujeitas a revisão e correção. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terá um efeito limitativo nas demonstrações financeiras em análise.

Para os exercícios de 2013 e subsequentes, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis (PFR). O prazo de reporte dos PFR apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos PFR passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados (em 2013 este limite é de 75%).

#### 17.1. DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

##### a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Imposto corrente		
IRC do ano	433.944,98	336.142,01
	<u>433.944,98</u>	<u>336.142,01</u>
Imposto diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	131.794,34	1.023.156,34
	<u>131.794,34</u>	<u>1.023.156,34</u>
	<u>565.739,32</u>	<u>1.359.298,35</u>

##### b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Excesso de estimativa para impostos	106,35	1.822,39
Insuficiência de estimativa para impostos	23.233,32	5.771,37
	<u>23.339,67</u>	<u>7.593,76</u>

**c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;**

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2016	2015
Ativos por impostos diferidos:		
Prejuízos fiscais	3.488,10	750.489,83
Provisões e ajustamentos	(100.219,34)	64.540,37
Limitação depreciação e amortização AFT e AI (Ley 16/2012)	33.719,66	22.800,74
Benefícios fiscais	-	336.299,40
Efeito transmissões intragrupo de AFT's	108.677,87	75.637,33
	<u>45.666,29</u>	<u>1.249.767,67</u>
Passivos por impostos diferidos:		
Relocação de imóvel	(11.299,06)	(14.058,49)
Reservas de reavaliação	97.427,11	(209.661,47)
	<u>86.128,05</u>	<u>(223.719,96)</u>
	<u>131.794,34</u>	<u>1.026.047,71</u>

**d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;**

No exercício de 2016, em Portugal, não se verificou nenhuma alteração à taxa de tributação do IRC. Em Espanha a taxa do “Impuesto de Sociedades” passou de 28% para 25%, no entanto essa alteração não teve qualquer impacto nos impostos diferidos no exercício de 2016, por esse efeito ter sido reconhecido no exercício de 2015. Em 2015, em Portugal, foi registada a alteração da taxa de tributação do IRC de 23% para 21%.

## 17.2. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	1.895.583,29	3.272.391,29		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	426.506,24	801.735,87		
Rendimentos não tributáveis				
Reversão de perdas imparidade tributadas em anos anteriores	378.922,00	652.950,25		
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para imposto	106,35	1.822,39		
Mais Valias Contabilísticas	2.989.042,11	2.968.292,23		
Diferenças Amortizações/Resultados apurados na Consolidação	112.398,86	727.494,58		
Benefícios Fiscais	567.273,31	52.882,92		
	4.047.742,63	4.403.442,37		
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Depreciações e amortizações não aceites como custos	1.045.668,42	1.056.306,09		
Donativos	4.666,50	1.988,97		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	48.516,34	5.771,37		
Multas, coimas e juros compensatórios	47.893,12	101.340,01		
Encargos não devidamente documentados	8,50	170,67		
Mais Valias Fiscais	1.597.129,67	1.581.508,58		
Registo de perdas de imparidade	829.551,26	378.922,00		
Realizações utilidade social não dedutíveis	69.349,22	-		
Limitação dedutibilidade gastos financiamento	44.058,01	-		
Correções relativas a exercícios anteriores	220,80	1.440,00		
Outros	32.922,23	64.518,04		
	3.719.984,07	3.191.965,73		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	1.567.824,72	2.060.914,65		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	329.243,19	432.792,08	17,37%	13,23%
Derrama	36.575,67	37.016,27		
Tributação autónoma	125.210,31	126.969,62		
Benefícios Fiscais utilizados	-	(18.310,10)		
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das em vigor em Portugal	1.861,98	13.209,70		
Utilização de prejuízos fiscais	(58.946,17)	(255.535,56)		
Imposto Corrente	433.944,98	336.142,01	22,89%	10,27%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	131.794,34	1.023.156,34		
	131.794,34	1.023.156,34	6,95%	31,27%
Imposto sobre o rendimento do período	565.739,32	1.359.298,35	29,85%	41,54%

## 17.3. QUANTIA AGREGADA DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS ASSOCIADAS COM INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, SUCURSAIS E ASSOCIADAS E INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS, RELATIVAMENTE AOS QUAIS NÃO FORAM RECONHECIDOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.

Não há diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não tenham sido reconhecidos passivos por impostos diferidos.

## 17.4. POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

### a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2016	2015	2016	2015
Ativos por impostos diferidos				
Outras:				
Prejuízos Fiscais-Constituições (*)	3.735.535,36	3.505.306,80	230.228,56	85.549,54
Prejuízos Fiscais-Utilização (*)	(3.733.350,28)	(3.447.358,09)	(285.992,19)	(836.039,37)
	2.185,08	57.948,71	(55.763,63)	(750.489,83)
Benefícios Fiscais	66.936,40	53.880,89	13.055,51	(336.299,40)
Provisões não aceites fiscalmente:				
Constituição de provisões não aceites fiscalmente	2.201.300,84	2.006.614,85	194.685,99	79.654,54
Reversão de Provisões não aceites fiscalmente	(2.014.021,43)	(1.926.960,70)	(87.060,73)	(144.194,91)
	187.279,41	79.654,1500	107.625,26	(64.540,37)
Limitação depreciação e amortização AFT e AI (Ley 16/2012)	269.757,26	303.476,9150	(33.719,66)	(22.800,74)
Efeito transmissões intragrupo de AFT's	116.779,44	232.863,2213	(116.083,78)	(75.637,33)
	642.937,60	727.823,886	(84.886,30)	(1.249.767,67)
	642.937,60	727.823,89	(84.886,30)	(1.249.767,67)

(\*) Parte destes valores não foram reconhecidos em resultados porque foram utilizados no Regime de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2016	2015	2016	2015
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Relocação Financeira-Amortizações não aceites	67.476,45	78.775,50	(11.299,05)	(14.058,49)
Revalorização de Ativos fixos tangíveis	2.358.948,22	2.261.521,12	97.427,10	(209.661,47)
	2.426.424,67	2.340.296,62	86.128,05	(223.719,96)

À data de 31 de dezembro de 2016, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir ascende a 10.405,15 Euros, que se referem à empresa Solmoninhos, e que poderão ser utilizados até ao exercício de 2018, mas apenas na esfera da Solmoninhos por esta Sociedade não enquadrar o RETGS por não cumprir com as condições de admissibilidade.

**18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**
**18.1. ATIVOS FINANCEIROS**

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Não Corrente</b>		
Outros investimentos financeiros		
Participações de capital em empresas não cotadas	3.794,86	53.794,86
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	43.788,62	18.845,65
Outros	10.000,00	4.095,14
	<u>57.583,48</u>	<u>76.735,65</u>
Crédios a receber		
Cauções	1.343.970,97	797.962,98
<b>Corrente</b>		
Cientes c/c	64.770.981,31	59.875.282,82
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimo de rendimentos	1.880.414,99	2.167.768,07
Adiantamentos a fornecedores	241.829,38	226.697,19
Pessoal	8.485,48	8.537,41
Outros devedores - actividade mediação de seguros	138.540,84	115.278,76
Outros devedores	4.313.299,28	4.111.552,63
	<u>6.582.569,97</u>	<u>6.629.834,06</u>
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	16.006,05	16.359,95
Outros depósitos bancários	258.786,18	227.064,12
	<u>274.792,23</u>	<u>243.424,07</u>
	<u>73.029.897,96</u>	<u>67.623.239,58</u>

Em 2016, a rubrica de “Outros devedores” inclui 3.194.010,96 Euros (3.034.597,39 Euros em 2015) relativos à alienação de ativos fixos tangíveis.

Os Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Cientes</b>		
Quantia bruta	69.360.185,19	65.076.189,29
Imparidade acumulada	(4.589.203,88)	(5.200.906,47)
Quantia escriturada líquida	<u>64.770.981,31</u>	<u>59.875.282,82</u>
<b>Outros devedores - actividade mediação de seguros</b>		
Quantia bruta	165.339,71	148.194,73
Imparidade acumulada	(26.798,87)	(32.915,97)
Quantia escriturada líquida	<u>138.540,84</u>	<u>115.278,76</u>



A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de ativos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2016	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade					
Clientes c/c	5.200.906,47	509.256,15	(870.714,83)	(250.243,91)	4.589.203,88
Outros devedores	32.915,97	6.704,30	(8.626,63)	(4.194,77)	26.798,87
Outros ativos financeiros	3.606,13				3.606,13
	<u>5.237.428,57</u>	<u>515.960,45</u>	<u>(879.341,46)</u>	<u>(254.438,68)</u>	<u>4.619.608,88</u>
Ano de 2015	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade					
Clientes c/c	5.337.328,66	195.139,46	(112.077,80)	(219.483,85)	5.200.906,47
Outros devedores	-	32.915,97	-	-	32.915,97
Outros ativos financeiros	3.606,13				3.606,13
	<u>5.340.934,79</u>	<u>228.055,43</u>	<u>(112.077,80)</u>	<u>(219.483,85)</u>	<u>5.237.428,57</u>

O efeito em resultados no exercício de 2016 foi de 299.124,77 Euros (8.571,58 Euros em 2015).

## 18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Não Correntes</b>		
Financiamentos		
Empréstimos bancários	17.114.768,11	11.510.680,82
Locações Financeiras	3.241.877,67	4.701.162,39
Participantes de Capital	12.286.137,49	13.169.049,26
De outras Entidades	-	51.499,98
	<u>32.642.783,27</u>	<u>29.432.392,45</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimento	90.000,00	105.000,00
<b>Correntes</b>		
Fornecedores	36.507.171,63	34.880.594,37
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	15.663.884,98	13.149.026,23
Descobertos bancários	5.006.271,32	12.333.643,04
Locações Financeiras	1.461.980,54	1.633.470,81
De outras Entidades	51.499,98	153.783,44
	<u>22.183.636,82</u>	<u>27.269.923,52</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	3.896.816,70	2.204.317,92
Adiantamento de clientes	48.826,47	-
Acréscimo para férias e sub. férias	3.739.696,74	3.534.994,04
Prémios e ajudas de custo	305.320,03	628.989,72
Acréscimo subcontratação	4.987.035,11	5.455.645,06
Outros acréscimos de gastos	3.377.161,32	3.581.888,56
Pessoal	99.023,80	135.662,22
Outras contas a pagar - atividade mediação de seguros	174.797,03	267.552,78
Outras contas a pagar	412.235,97	94.429,21
	<u>17.040.913,17</u>	<u>15.903.479,51</u>
	<u>163.290.924,98</u>	<u>164.293.705,82</u>

A maturidade dos financiamentos não correntes é na totalidade entre 1 e 5 anos.

No final do exercício de 2016, o valor das linhas de crédito contratadas era de 40.600.000,00 Euros (37.600.000,00 Euros em 2015), estando utilizados 5.006.271,32 Euros (12.333.643,04 Euros em 2015).

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os juros pagos pelo Grupo nos exercícios de 2016 e 2015, referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas e aprovadas com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados à Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

## 18.3. GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2016		2015	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo amortizado:				
Juros (Nota 21.10)	8,33	-	409,39	-
Perdas por imparidade (Nota 18.2)	-	515.960,45	-	228.055,43
Reversões de Perdas por Imparidade (Nota 18.2)	254.438,68	-	219.483,85	-
	<u>254.447,01</u>	<u>515.960,45</u>	<u>219.893,24</u>	<u>228.055,43</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Juros suportados (Nota 21.11)	-	1.056.773,50	-	1.071.807,78
Desconto pronto pagamento obtidos (Nota 21.7)	830.825,69	-	917.003,99	-
	<u>830.825,69</u>	<u>1.056.773,50</u>	<u>917.003,99</u>	<u>1.071.807,78</u>
	<u>1.085.272,70</u>	<u>1.572.733,95</u>	<u>1.136.897,23</u>	<u>1.299.863,21</u>

## 18.4. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A quantia escriturada do capital social emitido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Capital		
Valor nominal	30.000.000,00	30.000.000,00
	<u>30.000.000,00</u>	<u>30.000.000,00</u>

O número de ações representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	Valor	Quantidade
Ações emitidas		
Ações ordinárias a 5 euros cada	30.000.000,00	6.000.000
	<u>30.000.000,00</u>	<u>6.000.000</u>

No exercício de 2015 foram reembolsadas prestações acessórias de capital, no montante de 6.830.400 Euros.

## 19. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Remunerações do pessoal	36.287.754,60	34.774.259,15
Indemnizações	822.349,24	447.509,34
Encargos sobre remunerações	8.342.117,09	7.978.196,45
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	332.968,24	296.281,18
Gastos de acção social	15.181,05	18.967,46
Outros	975.583,06	852.931,52
	<b>46.775.953,28</b>	<b>44.368.145,10</b>

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no ano de 2016 foi de 1.680 (em 2015 foi de 1.566).

## 20. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- I. Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- II. Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- III. Em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2016, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2017, nos prazos legais.
- IV. Os membros do conselho de Administração a seguir indicados, detêm as seguintes ações da Empresa:

José Luis Soares Simões:	300
Jorge Manuel Soares Simões:	300
Leonel Fernando Soares Simões:	300

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**21. OUTRAS INFORMAÇÕES**
**21.1. DIFERIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Diferimentos ativos</b>		
Custos Diferidos - Seguros	290.611,86	181.638,98
Custos Diferidos - Fornecimentos e Serviços Externos	435.233,50	237.063,58
Custos Diferidos - Juros	4.466,96	237,36
	<b>730.312,32</b>	<b>418.939,92</b>
<b>Diferimentos passivos</b>		
Protocolo Gestão de Frota	544.011,38	1.109.010,19
Outros Proveitos Diferidos	232.092,89	140.281,23
	<b>776.104,27</b>	<b>1.249.291,42</b>

**21.2. RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

A rubrica de resultados e outras variações no Capital Próprio decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2016</b>	124.681,38	4.562.969,49	4.515.827,14	1.773.244,37	10.976.722,38
Dividendos	-	-	(429.566,79)	-	(429.566,79)
Aplicação de resultados	88.662,22	-	1.684.582,15	(1.773.244,37)	-
Resultado do ano	-	-	-	1.690.786,49	1.690.786,49
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>213.343,60</b>	<b>4.562.969,49</b>	<b>5.770.842,50</b>	<b>1.690.786,49</b>	<b>12.237.942,08</b>

	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2015</b>	68.088,82	4.562.969,49	4.515.827,05	1.131.851,12	10.278.736,48
Dividendos	-	-	-	(1.075.258,56)	(1.075.258,56)
Aplicação de resultados	56.592,56	-	-	(56.592,56)	-
Resultado do ano	-	-	-	1.773.244,37	1.773.244,37
Outros	-	-	0,09	-	0,09
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>124.681,38</b>	<b>4.562.969,49</b>	<b>4.515.827,14</b>	<b>1.773.244,37</b>	<b>10.976.722,38</b>

**Reservas não distribuíveis:**

Para além do descrito acima, de acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. Em 2016 a Empresa reconheceu rendimentos e outras variações patrimoniais positivas

não realizados, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial e, consequentemente, não distribuíveis no montante de 1.796.827,39 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 o montante total acumulado de rendimentos e outras variações patrimoniais positivas desta natureza reconhecidos não distribuíveis ascendia a 11.004.017,66 Euros, incluindo o montante acima indicado incluído no resultado líquido do exercício.

A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

O detalhe das reservas não distribuíveis, por rubrica, em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Montante não distribuível	Montante distribuível	Total
Outras reservas	3.436.347,77	1.126.621,72	4.562.969,49
Resultados transitados	5.770.842,50	-	5.770.842,50
Ajustamentos em ativos financeiros	-	268.414,41	268.414,41
Resultado líquido do período	1.796.827,39	(106.040,90)	1.690.786,49
	11.004.017,66	1.288.995,23	12.293.012,89

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de dezembro de 2016 e 2015 resultam exclusivamente da aplicação de resultados:

#### Exercício de 2015

Por deliberação da Assembleia Geral de 3 de maio de 2016, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 1.773.244,37 Euros teve a seguinte aplicação:

- Reserva Legal:	88.662,22
- Distribuição de Dividendos:	429.566,79
- Resultados Transitados:	1.255.015,36

#### Exercício de 2014

Por deliberação da Assembleia Geral de 22 de junho de 2015, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 1.131.851,30 Euros teve a seguinte aplicação:

- Reserva Legal:	56.592,56
- Distribuição de Dividendos:	1.075.258,74

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou o aumento do capital social.

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. De acordo com a lei, a reserva legal é reforçada anualmente em pelo menos 5% do resultado líquido, até que seja atingido o mínimo de 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### 21.3. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2016	2015
Saldos em 1 de Janeiro	725.882,48	1.653.653,41
Aquisições / Alienações	-	(1.032.335,21)
Lucro do período	(360.942,52)	139.848,57
Dividendos	(24.329,23)	(32.672,27)
Alienações		
Outros	-	(2.612,02)
Saldo em 31 de Dezembro	340.610,73	725.882,48

A aquisição do ano de 2015 no montante de 1.032.335,21 Euros corresponde à aquisição de 88,24% do capital social da Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A..

A rubrica de interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, é detalhada de acordo com o seguinte:

	2016	2015
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A.	263.283,48	631.192,55
Espaçotrans - Gestão Entrepósitos Aduaneiros, Lda.	77.327,25	94.689,93
	340.610,73	725.882,48

### 21.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	749.772,16	(37.893,00)	987.337,49	(31.803,00)
Estimativa de imposto	(371.018,87)	56.951,27	(399.798,29)	44.329,47
Retenção na Fonte	53.227,82	42,28	56.692,77	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	457.752,11	-	387.614,26
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar				
IVA a Recuperar - Portugal	350.891,07	-	466.042,96	-
IVA a Recuperar - Espanha	438.475,60	-	413.425,74	-
IVA a Recuperar - outros países	58.472,74	-	62.849,64	-
IVA Reembolsos Pedidos - Espanha	382.035,63	-	929.154,68	-
IVA Reembolsos Pedidos - outros países	72.285,59	-	45.803,01	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	1.003.115,08	-	929.098,24
Contribuições para a Segurança Social	-	934.852,51	-	867.220,21
Outros Impostos	-	3.030,80	-	2.161,54
	1.734.141,74	2.417.851,05	2.561.508,00	2.198.620,72

## 21.5. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Trabalhos para a própria entidade		
Ativos Fixos Tangíveis	477.816,96	610.873,81
	477.816,96	610.873,81

## 21.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Subcontratos	116.406.122,21	118.716.443,95
Rendas e Alugueres	14.131.605,48	11.559.257,38
Combustíveis	7.879.925,89	8.771.029,21
Conservação e Reparação	5.433.740,27	4.003.163,41
Trabalhos especializados	4.932.791,10	3.273.378,94
Portagens	1.874.508,25	1.653.803,22
Seguros	1.638.751,83	1.571.156,24
Limpeza, higiene e conforto	1.331.626,83	1.367.414,59
Eletricidade	1.197.653,61	1.303.625,01
Deslocações e Estadas	1.040.324,46	1.049.297,76
Comunicação	821.608,92	815.917,66
Vigilância e Segurança	639.272,48	897.646,13
Comissões	408.800,77	429.900,98
Publicidade e Propaganda	320.267,56	224.910,30
Outros	3.262.160,86	2.854.406,20
	161.319.160,52	158.491.350,98

Os dispêndios reconhecidos como gastos de carácter ambiental, estão incluídos na rubrica de limpeza e ascenderam a 301.095,15 Euros em 2016 (131.812,90 Euros em 2015).



## 21.7. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares:		
Venda de combustível	6.776.702,42	7.590.369,57
Cedência de pessoal	8.450,15	34.564,21
Aluguer de Viaturas	260.524,92	329.089,80
Seguros	36.857,32	73.704,44
Cedência de exploração	2.223,20	1.881,30
Conservação e reparação de viaturas	224.116,51	151.928,75
Resíduos valorizados	187.286,76	117.032,96
Outros rendimentos suplementares	344.893,47	79.775,95
Descontos de pronto pagamento obtidos (Nota 18.3)	830.825,69	917.003,99
Indemnizações sinistros	215.723,61	269.145,29
Ganhos em activos fixos tangíveis	3.694.141,53	3.222.064,29
Rendimentos Contratos Renting	329.175,34	440.454,58
Taxa início contrato pneus	236.609,66	26.160,00
Rendas propriedades de investimento	47.239,05	39.159,05
Restituição de impostos	1.893.929,88	1.035.756,82
Outros Juros Obtidos	599.935,26	309.049,03
Outros	402.584,09	174.045,13
	<b>16.091.218,86</b>	<b>14.811.185,16</b>

A rubrica “Restituição de impostos” respeita à devolução do “Impuesto sobre las Ventas Minoristas de Determinados Hidrocarburos” (IVMDH), vulgo “Cêntimo Sanitário”. A rubrica “Outros juros obtidos” refere-se principalmente aos juros de mora relativos às importâncias devolvidas do “Cêntimo Sanitário” (Nota 13.3).

Esta restituição de impostos teve origem nas reclamações apresentadas pela empresa, conforme referido na Nota 13.3.

**21.8. OUTROS GASTOS**

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Impostos e Taxas	740.795,32	674.948,22
Perdas em ativos fixos tangíveis	137.733,58	147.065,59
Donativos	37.914,27	49.101,21
Quotizações	25.857,80	17.253,18
Sinistros	838.042,05	657.271,40
Insuficiência estimativa de imposto	6.899,11	5.771,37
Multas	45.104,77	101.238,77
Outros	199.059,97	78.780,75
	<u>2.031.406,87</u>	<u>1.731.430,49</u>

**21.9. DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES**

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 2015, é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos Intangíveis (Nota 7)	360.823,89	510.928,21
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	11.026.429,42	11.500.478,73
Propriedades de investimento (Nota 10)	14.777,16	14.777,16
	<u>11.402.030,47</u>	<u>12.026.184,10</u>

**21.10. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

A rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Juros Obtidos		
De depósitos	8,33	409,39
	<u>8,33</u>	<u>409,39</u>

**21.11. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Juros Suportados		
De financiamentos obtidos	398.305,93	547.518,05
De financiamentos obtidos - Outras Entidades Relacionadas - Nota 6	457.645,14	181.205,82
De descobertos bancários	176.119,24	186.375,40
De Locações Financeiras	21.651,87	116.798,04
De Factoring	111,02	3.811,70
De Confirming	-	35.818,71
Outros	2.940,30	115,42
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Outros	-	164,64
	<u>1.056.773,50</u>	<u>1.071.807,78</u>

**21.12. GARANTIAS PRESTADAS**

A responsabilidade por garantias prestadas das empresas incluídas na consolidação é de 7.386.328,10 Euros (8.834.928,40 Euros em 2015) e refere-se, essencialmente, a garantias bancárias.

Adicionalmente, o Grupo apresenta livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de dezembro de 2016 ascendem a 33.100.009,59 Euros (39.389.712,83 Euros a 31 de dezembro de 2015).

## 21.13. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi determinado conforme se segue:

	2016	2015
<b>Resultados:</b>		
Resultado líquido do período	1.690.786,49	1.773.244,37
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações	6.000.000,00	6.000.000,00
<b>Resultado por ação básico</b>	0,28	0,30

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
<b>A Administração:</b>	
José Luis Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal	

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da LS – Luís Simões, SGPS, S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 157.546.120 Euros e um total de capital próprio de 42.846.967 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.690.786 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da LS – Luís Simões, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

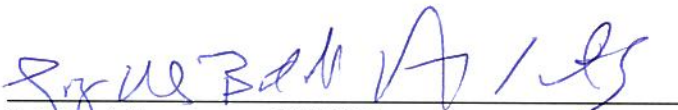
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de abril de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC